



ALGAR

Valorização e Tratamento
de Resíduos Sólidos, SA



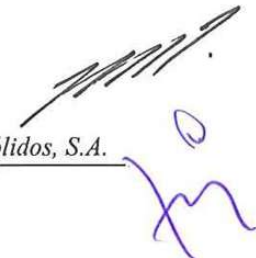
**RELATÓRIO
E CONTAS 2015**

A contribuir para um Algarve amigo do Ambiente



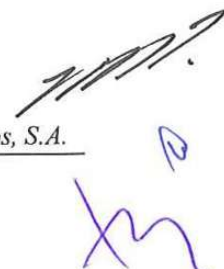
SOMOS CERTIFICADOS

A ALGAR tem o Sistema de Gestão certificado em
Qualidade para o servir melhor,
Ambiente para um Algarve mais Sustentável,
Segurança para a proteção dos nossos colaboradores.



Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
A EMPRESA - DESTAQUES	6
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	9
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
RELATÓRIO DE GESTÃO	12
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ENVOLVENTE	13
2.1 Enquadramento Macroeconómico.....	13
2.2. Enquadramento do Setor	17
2.3 Regulação	21
4. ATIVIDADE OPERACIONAL.....	30
4.1. Receção de Resíduos	32
6.2. Tratamento e Valorização.....	35
4.3. Manutenção	37
4.4. Monitorização.....	38
4.5. Comunicação e Imagem	39
4.6. Capital Humano.....	43
5. DESEMPENHO FINANCEIRO	50
5.1. Resultados.....	50
5.2. Investimento	56
5.3. Balanço	57
6. PERSPETIVAS PARA 2016	59
7. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	60
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	61
10. ANEXO AO RELATÓRIO.....	62



B - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

Contas Individuais.....

Demonstração da Posição Financeira.....

Demonstração dos Resultados.....

Demonstração das Variações do Capital Próprio.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas às Demonstrações Financeiras.....

Certificação Legal de Contas.....

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Acionistas,

O ano de 2015 foi um ano de consolidação das alterações de enquadramento legislativo, regulatório e estratégico do setor dos resíduos urbanos em Portugal iniciadas em 2014.

Assim, 2015 ficou marcado pela efetivação da privatização da EGF, acionista maioritária das concessionárias de 11 Sistemas Multimunicipais de tratamento e valorização de resíduos, incluindo a ALGAR. A conclusão da operação, após pronúncia positiva da Autoridade da Concorrência, realizou-se a 28 de julho de 2015, com a transmissão efetiva das ações representativas do capital, passando a EGF a ser detida diretamente pela Suma Tratamento, S.A. e portanto indiretamente pelo Grupo Mota-Engil e Urbaser.

Como consequência direta desta privatização, a ALGAR deixou de integrar o Setor Público Empresarial, apesar de manter uma importante e fundamental participação de capital público, através dos municípios do Algarve. Foi igualmente assinada a Reconfiguração do Contrato de Concessão, de acordo com o DL 96/2014, de 25 de junho (Bases das Concessões aplicáveis aos Sistemas Multimunicipais de Tratamento e Recolha seletiva de Resíduos Urbanos com maioria de capital privado), adaptando-o a esta nova realidade e alargando o prazo de Concessão até 2034.

Apesar destas alterações muito relevantes na vida da ALGAR, mantém-se a sua génese de empresa prestadora de um serviço público essencial para as populações e fundamental para o sucesso da região do Algarve, na sua estratégia de destino turístico de referência.

A manutenção do foco no serviço público, apesar da alteração acionista, determinou que fosse continuada a estratégia definida pela ALGAR ao longo dos últimos anos, a qual associada a uma gestão operacional cuidada, permitiu que 2015 tenha sido um ano



com evolução positiva quer do ponto de vista operacional, quer económico e financeiro, atingindo um EBITDA superior a 6,6 M€.

Apesar da redução de tarifa municipal de cerca de 5%, face a 2014, o volume de Negócios aumentou cerca de 11%, fruto de um aumento significativo das vendas de energia (16%) e de recicláveis (54%). Este incremento superou o aumento dos custos operacionais obtendo-se um resultado operacional superior a 900 mil Euros, sem paralelo desde 2011, que, apesar dos resultados financeiros negativos, permitiu atingir um resultado líquido de 322.400 euros, o que representa um incremento de 21% face a 2014.

A receção de materiais recicláveis aumentou 9%, francamente acima do incremento de 2% verificado nos RSU municipais, mantendo a ALGAR na linha da frente das captações de retomas de materiais recicláveis oriundos da Recolha seletiva.

Para o futuro, saliento os desafios da implementação do novo Regulamento Tarifário aprovado pela ERSAR, e o início do novo ciclo de investimentos necessários ao cumprimento das metas intercalares e para 2020 definidas no despacho 3350/2015 de 1 de abril. Estou convicto que a ALGAR, com o empenho e dedicação dos seus colaboradores, continuará a encontrar e implementar as soluções adequadas que lhe permita atingir e superar todos estes desafios.

Por fim e em nome do Conselho de Administração deixo um agradecimento a todos os colaboradores da empresa e um voto de confiança no seu compromisso, empenho e capacidade para enfrentar o futuro, sem deixar de referir a importância que têm para nós os municípios e a população servida, que afinal são a motivação para o nosso trabalho de todos os dias.

Tomás Joaquim de Oliveira Serra
Presidente do Conselho de Administração

A EMPRESA - DESTAQUES

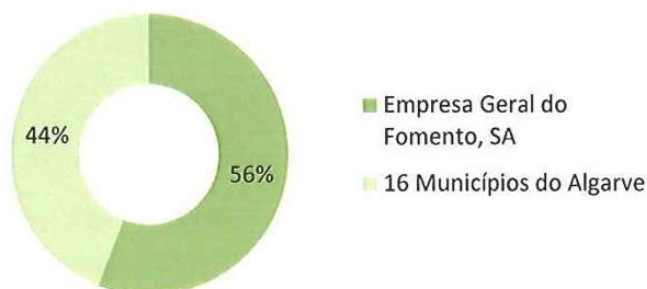
A ALGAR foi constituída através do Decreto-Lei nº 109/95 de 20 de maio, o qual determina a criação do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Algarve, atribuindo-lhe o exclusivo da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal, em regime de concessão, por um prazo de 25 anos, até 2021.

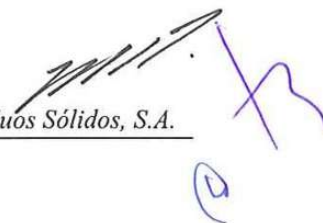
Com a publicação do DL 107/2014, de 2 julho e com o término do processo de privatização da EGF, acionista maioritário da ALGAR, foi assinado o novo contrato de concessão a 30 de setembro de 2015, tendo a concessão sido alargada até 2034.

Integram o Sistema os 16 Municípios do Algarve (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António), servindo uma população de cerca de 444 mil habitantes, numa área total de cerca de 5.000 Km².

O Capital Social, no valor de 7.500.000 euros, é representado por 1.500.000 ações de 5 euros cada. A ALGAR tem como acionistas a Empresa Geral do Fomento, SA, com 56% do Capital Social, pertencendo os restantes 44% aos Municípios do Algarve.

Estrutura do Capital Social





Missão

Assegurar a qualidade de vida dos cidadãos e visitantes da região, através de um correto tratamento e valorização dos resíduos urbanos produzidos no Algarve.

Visão

Pretende através das suas boas práticas, espírito de equipa e utilização das melhores técnicas disponíveis, ser uma referência a nível nacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e do país.

Valores

Competente:

- Domínio tecnológico na vertente de tratamento dos resíduos
- Garantia da satisfação dos requisitos dos clientes e de outras partes interessadas
- Direcionada para os resultados

Cooperante:

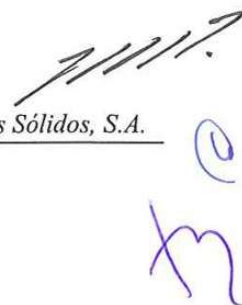
- Coesão do grupo de trabalho
- Espírito de equipa
- Colaboração com entidades externas

Dinâmica

- Procura de novas soluções sustentáveis
- Desenvolvimento de novas atividades

Responsável

- Cumprimento dos requisitos legais e outros requisitos que a organização subscreeva
- Certificação da organização
- Implementação de boas práticas ambientais e de segurança dos colaboradores
- Ética
- Valorização das pessoas



Síntese de Indicadores

Indicadores Financeiros	2015 SNC	2014 Reexpresso SNC	2013 Reexpresso SNC
Capital Social (euros)	7 500 000	7 500 000	7 500 000
Capital Próprio (euros)	22 441 778	19 998 309	22 732 069
Ativo Líquido Total (euros)	80 932 353	85 331 511	106 699 691
Investimento Acumulado (euros)	144 695 497	127 183 943	132 236 765
Dívida Vencida dos utilizadores (euros)	2 697 187	2 246 946	4 765 369
Endividamento (euros)	20 041 678	22 151 792	30 547 651
Volume de Negócios (euros)	18 188 893	16 359 031	16 237 750
EBITDA (euros) ⁽¹⁾	6 614 385	6 199 904	5 917 437
Resultado Líquido do Exercício (euros)	322 400	263 973	573 932
PMP (meses)	2	2	2
PMR (meses)	3	4	6

Indicadores de Atividade	2015	2014	2013
Número Médio de Colaboradores	227	229	237
Número de Municípios Abrangidos	16	16	16
População Residente na Área Abrangida ⁽²⁾	442 358	442 358	444 390
Área Total Abrangida (Km ²)	4 997	4 997	4 997
Resíduos Sólidos Tratados (ton)	370 800	360 494	351 484

Notas:

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações – Subsídios + Perdas por imparidade + Perdas por justo valor e Provisões - Reversões

(2) Fonte: INE (estimativas anuais)



De forma a garantir a comparabilidade com os anos anteriores, o volume de negócios e as amortizações do exercício apresentados não contemplam a reclassificação contabilística que decorreu da transição para o novo regulamento tarifário no montante 919.824 euros.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Durante o ano 2015 são de destacar, pela sua relevância, os seguintes acontecimentos:

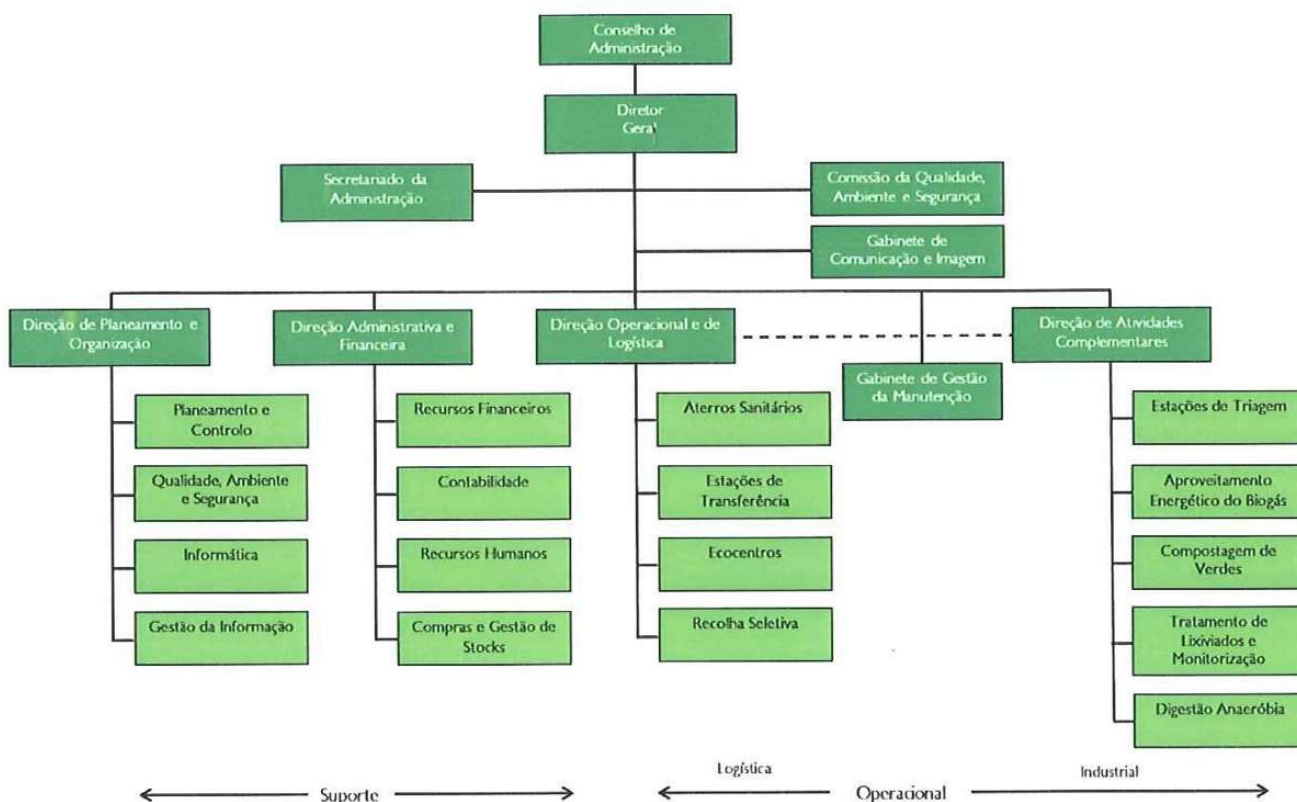
- Início de exploração da Unidade de Tratamento Mecânico do Aterro Sanitário do Barlavento, no 2º semestre, com uma capacidade de 100.000 toneladas/ano de RSU, que permitirá a recuperação de resíduos recicláveis oriundos da recolha indiferenciada, diminuindo assim a deposição em aterro e valorizando materiais passíveis de serem reciclados;
- Conclusão da Central Fotovoltaica para produção de energia para autoconsumo da Estação de Transferência Faro/Loulé/Olhão e entrada em funcionamento;
- Conclusão da construção do pavilhão oficial da Estação de Transferência Faro/Loulé/Olhão;
- Aquisição de novas viaturas pesadas (11) afetas à Recolha Seletiva e Transferência de Resíduos;
- Aquisição de (104) novos ecopontos para deposição seletiva;
- Início do projeto piloto de recolha seletiva porta-a-porta no concelho de S. Brás de Alportel;
- Início da construção de silos para armazenamento de pneus na plataforma norte e pavimentação, no Aterro Sanitário do Barlavento;
- Manutenção da Certificação para a Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Higiene no Trabalho (ISO 9.001, ISO 14.001 e OSHAS 18.001);
- Preparação das candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio POSEUR.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica da empresa é a que a seguir apresentamos, encontrando-se as funções dos órgãos que a compõem definidas nas respetivas Fichas de Função.

ORGANOGRAMA DA ALGAR



Em termos organizacionais a ALGAR encontra-se estruturada em duas áreas: **área de suporte** onde estão enquadradas a Direção Administrativa e Financeira, a Direção de Planeamento e Organização, o Gabinete de Comunicação e Imagem, a Comissão de Qualidade, Ambiente e Segurança e o Secretariado da Administração e a **área operacional**, que inclui a Direção Operacional e de Logística, a Direção de Atividades Complementares e o Gabinete de Gestão e Manutenção de Equipamentos.

Para o correto exercício das suas funções a ALGAR dispõe de um conjunto de órgãos funcionais:

SUPORTE

a) Direção Administrativa e Financeira (DAF)

Responsável pelos Recursos Financeiros, Contabilidade, Recursos Humanos e Compras e Gestão de Stocks.

b) Direção de Planeamento e Organização (DPO)

Responsável pelo Planeamento e Controlo, Gestão de Informação, Informática, Qualidade, Ambiente e Segurança.

c) Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)

Responsável pelo Plano de Comunicação e desenvolvimento das estratégias de marketing e comunicação da empresa.

d) Comissão de Qualidade, Ambiente e Segurança (CQAS)

Responsável pela gestão e manutenção do Sistema de Gestão Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referenciais normativos.

e) Secretariado da Administração (SA)

Responsável pelo secretariado da administração.

OPERACIONAL

f) Direção Operacional e de Logística (DOL)

Responsável pelos Aterros Sanitários, Estações de Transferência, Ecocentros e Recolha Seletiva.

g) Direção de Atividades Complementares (DAC)

Responsável pelas Estações de Triagem, Aproveitamento Energético do Biogás, Estações de Compostagem de Verdes, Tratamento de Lixiviados e Monitorização, e Digestão Anaeróbia.

h) Gabinete de Gestão e Manutenção de Equipamentos (GGM)



RELATÓRIO DE GESTÃO

I. INTRODUÇÃO

A ALGAR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. desenvolve a sua atividade na região do Algarve, englobando 16 Municípios numa área de cerca de 5.000 km², servindo uma população residente de cerca de 442 mil habitantes, que quase duplica durante o período do Verão decorrente da principal atividade da região, o Turismo.

A empresa inicia a sua atividade com a assinatura em 6 de julho de 1996 do contrato de concessão com o Estado Português. Em 2015, após concretização do processo de privatização da EGF, acionista maioritário da ALGAR, foi assinado um novo contrato de concessão a 30 de setembro, com a extensão da concessão até 2034, tendo a ALGAR já realizado até ao final de 2015 um investimento no montante global de 144.695.497 euros.

A ALGAR desenvolveu-se de uma forma sustentada, criando novos postos de trabalho para a região, sendo geradora de importantes investimentos e promotora de sensibilização de boas práticas ambientais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da região.

A ALGAR tem evoluído, desde a sua constituição, no tratamento de resíduos de acordo com as tecnologias mais desenvolvidas para o setor, as quais têm permitido à empresa desenvolver projetos tais como o Tratamento Mecânico e Biológico dos resíduos recebidos, permitindo assim a valorização orgânica dos mesmos com a produção de compostos orgânicos, bem como, a valorização energética recorrendo a técnicas de digestão anaeróbia, assim como a recuperação energética do biogás produzido em Aterro Sanitário, cuja energia produzida no exercício económico de 2015 foi da ordem dos 14.025 MWh.



2. ENVOLVENTE

2.1 Enquadramento Macroeconómico

O ritmo de crescimento da economia **MUNDIAL** desacelerou ligeiramente em 2015, apesar da aceleração do crescimento das economias de mercado avançadas. A economia mundial cresceu 3,1%, o que resultou de um crescimento de 2,0% das economias avançadas e de 4,0% das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento (Tabela I). Este crescimento, em termos mundiais, representa uma ligeira desaceleração face a 2014 e reflete dinâmicas em sentido contrário entre as economias avançadas, que cresceram mais que no ano anterior, e as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, que cresceram menos. Enquanto as economias avançadas, em particular Estados Unidos e Reino Unido, tiveram o apoio dos preços baixos do petróleo, condições de financiamento favoráveis, melhoria do mercado de trabalho e crescimento da confiança dos operadores, em contraste, nas economias de mercado emergentes (EME) mantiveram-se as limitações ao crescimento provenientes de impedimentos estruturais e de desequilíbrios macroeconómicos, ampliados pelas restrições de financiamento a estes mercados e pela redução dos preços de matérias-primas, são exemplos de desaceleração económica, em 2015, a Rússia e o Brasil.

Tabela I – Crescimento económico mundial
(taxa de variação real do PIB, em percentagem)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Economia mundial	5,4	4,2	3,4	3,3	3,4	3,1
Economias avançadas	3,1	1,7	1,2	1,1	1,8	2,0
EUA	2,5	1,6	2,2	1,5	2,4	2,6
Japão	4,7	-0,5	1,7	1,6	-0,1	0,6
Área do euro	2,0	1,6	-0,8	-0,3	0,9	1,5
Alemanha	3,9	3,7	0,6	0,4	1,6	1,5
França	2,0	2,1	0,2	0,7	0,2	1,2
Itália	1,7	0,6	-2,8	-1,7	-0,4	0,8
Espanha	0,0	-0,6	-2,1	-1,2	1,4	3,1
Reino Unido	1,9	1,6	0,7	1,7	3,0	2,5
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	7,5	6,3	5,2	5,0	4,6	4,0

Fonte: FMI (*World Economic Outlook*, outubro de 2015). | Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em www.imf.org. A previsão do OE/2014 tem subjacente o cenário do *World Economic Outlook* de outubro de 2013.

Na área do EURO, após a recuperação da atividade económica em 2014, registou-se um crescimento de 1,5%. A economia da área do euro registou um crescimento económico ligeiramente superior ao observado no ano anterior. Esta evolução continuou a ser revestida de uma elevada heterogeneidade entre países. Na Alemanha verificou-se um crescimento do PIB de 1,5%, em linha com o ano anterior; em França a atividade económica cresceu 1,2%, acelerando face ao ano anterior; em Itália registou-se um crescimento de 0,8% após três anos consecutivos de recessão; e, em Espanha, o crescimento do PIB revelou uma intensificação muito significativa, tendo aumentado 3,1%, muito acima da média da área do euro.

Tabela 2 – Taxa de inflação

(taxa de variação do índice de preços no consumidor, valores médios)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Economia mundial	3,8	5,2	4,2	3,9	3,5	3,3
Economias avançadas	1,5	2,7	2,0	1,4	1,4	0,3
EUA	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1
Japão	-0,7	-0,3	0,0	0,4	2,7	0,7
Área do euro	1,6	2,7	2,5	1,3	0,4	0,2
Alemanha	1,2	2,5	2,1	1,6	0,8	0,2
França	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1
Itália	1,6	2,9	3,3	1,3	0,2	0,2
Espanha	1,8	3,2	2,4	1,4	-0,2	-0,3
Reino Unido	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,1
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	5,8	7,3	6,0	5,8	5,1	5,6

Fonte: FMI (*World Economic Outlook*, outubro de 2015). Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em www.imf.org.

Em paralelo com a ligeira desaceleração do crescimento económico mundial, verificou-se a diminuição da **taxa de INFLAÇÃO na economia MUNDIAL, resultante da descida dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas.** No que se refere às economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, verificou-se a aceleração da taxa de inflação. **Na área do EURO**, em termos médios anuais, a taxa de inflação situou-se em 0,2% em 2015, abaixo do observado no ano anterior. Esta evolução dos preços no consumidor é consistente com a redução do preço do petróleo, tendo o preço do *brent* diminuído, em termos médios, de 74,2 euros/barril em 2014 para 47,2 euros/barril em 2015. Também os preços das matérias-primas não

energéticas registaram uma diminuição generalizada ao longo de 2015, mantendo a tendência de descida iniciada anteriormente.

Tabela 3 – Taxa de desemprego
(em percentagem da população ativa)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Economia mundial						
Economias avançadas	8,3	8,0	8,0	7,9	7,3	6,8
EUA	9,6	8,9	8,1	7,4	6,2	5,3
Japão	5,1	4,6	4,3	4,0	3,6	3,5
Área do euro	10,2	10,2	11,4	12,0	11,6	11,0
Alemanha	7,0	5,9	5,4	5,2	5,0	4,7
França	9,3	9,1	9,7	10,3	10,3	10,2
Itália	8,4	8,4	10,6	12,2	12,7	12,2
Espanha	19,9	21,4	24,8	26,1	24,5	21,8
Reino Unido	7,9	8,1	8,0	7,6	6,2	5,6

Fonte: FMI (*World Economic Outlook*, outubro de 2015).

Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em www.imf.org.

A taxa de DESEMPREGO diminuiu na generalidade das economias MUNDIAS avançadas, mantendo-se em níveis muito elevados na área do EURO. Na área do euro, a taxa de desemprego ainda que permanecendo em níveis muito elevados registou, em 2015, o segundo ano consecutivo de diminuição para 11% da população ativa. Esta taxa de desemprego reflete, em grande medida, a situação do mercado de trabalho em Espanha onde a taxa de desemprego apesar de ter diminuído se mantém em níveis muito elevados (21,8%). Genericamente, embora as famílias, em muitos países, estejam ainda submetidas a processos de ajustamentos, esses processos parecem não constituir já uma restrição ao consumo privado como nos últimos anos.

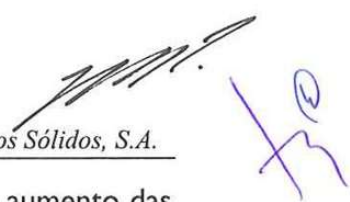
Neste enquadramento e após a recuperação moderada no ano anterior, a ECONOMIA PORTUGUESA terá crescido 1,6% em 2015. O crescimento observado deverá resultar do contributo positivo da procura interna, atenuado pelo contributo negativo das exportações líquidas, sendo que esta dinâmica representa uma inversão em relação aos anos anteriores. Em relação à procura interna, o contributo positivo para a taxa de variação do PIB real em 2015 deverá decorrer sobretudo do consumo privado e do investimento. O consumo público deverá contribuir negativamente, em linha com o observado desde 2010. Por seu turno, as exportações líquidas poderão registar um contributo negativo, ou nulo, devido ao forte aumento das importações e aumento em menor escala das exportações (Tabela 4).

Tabela 4 – Enquadramento macroeconómico e previsões governamentais

Data: Documento:	2013	2014	2015		
	INE	INE	abr-15 PE/2015-19	out-15 FMI	dez-15 BP
PIB - ótica de despesa					
PIB real	-1,1	0,9	1,6	1,6	1,6
Consumo Privado	-1,2	2,2	1,9	1,7	2,7
Consumo Público	-1,9	-0,5	-0,7	-0,5	0,1
Investimento (FBCF)	-5,1	2,5	3,8	4,2	4,8
Exportações	6,9	3,9	4,8	5,5	5,3
Importações	4,7	7,2	4,6	4,5	7,3
Contributos para o crescimento do PIB (em p.p.)					
Procura Interna	-2,0	2,2	1,6	2,1	-
Exportações Líquidas	0,8	-1,2	0,1	-1,2	-
Desemprego e preços					
Taxa de desemprego	16,2	13,9	13,2	13,4	-
Inflação (IHPC/IPC)	0,4	-0,2	-0,2	0,6	0,5
Deflador do PIB	2,3	1,0	1,3	1,0	-
PIB nominal	1,2	1,9	2,9	2,6	-

Fontes: INE, Ministério das Finanças, FMI e Banco de Portugal.

Em relação à evolução dos preços na atividade económica, o deflador do PIB deverá aumentar entre 1% e 1,3%, em linha com o observado no ano anterior, já o IHPC foi, em 2015, de 0,5%. A previsão para a taxa de variação anual do deflador do PIB para 2015 situou-se em 1,3%, de acordo com o Ministério das Finanças, ou em 1% de acordo com o FMI. Para esta evolução deverá continuar a contribuir a descida do preço do petróleo, e, em menor dimensão, a subida dos preços dos bens de investimento. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português, de acordo com informação de janeiro de 2016 do INE, registou uma taxa de variação média de 0,5% em 2015, ligeiro crescimento face aos -0,2% no ano anterior. Ao nível do mercado de trabalho, registou-se uma **diminuição da taxa de desemprego ao longo de 2015**, mantendo-se ainda uma ligeira diminuição da população ativa. Nos primeiros três trimestres do ano, observou-se uma descida, em média, para 12,5% que resultou de uma diminuição do número de desempregados, continuando-se a verificar contudo, também uma redução da população ativa. Esta descida é mais acentuada do que o previsto inicialmente pelo Ministério das Finanças. No que se refere às contas externas em termos nominais, **deverá verificar-se um aumento do excedente da balança corrente e de capital.** O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para valores acima de 2% do PIB, em resultado da melhoria em ambas as balanças (Tabela 5). A melhoria esperada do saldo da balança



corrente ocorre apesar do aumento das importações mais forte do que o aumento das exportações. Esta evolução deverá ser, contudo, positiva em termos nominais pela dinâmica dos preços mais favorável à economia portuguesa, isto é, diminuição dos preços das importações de forma mais acentuada do que a diminuição dos preços das exportações, resultando em ganhos nos termos de troca, em linha com o observado nos últimos anos.

Tabela 5 – Balança de pagamentos
(em percentagem do PIB)

	2012	2013	2014	2015		
	INE	INE	INE	abr-15 PE/2015-19	ago-15 FMI	dez-15 BP
Financiamento da economia (em % do PIB)						
Balança corrente e de capital	0,0	2,3	1,7	2,1	-	2,4
Balança corrente	-2,0	0,7	0,3	0,5	1,1	-
Balança de capital	2,0	1,6	1,4	1,6	-	-

Fontes: INE e Ministério das Finanças. | Nota: Os dados referem-se à conta do setor institucional Resto do Mundo, publicada pelo INE, sendo que os dados do INE são de acordo com a nova metodologia SEC2010 e BPM6 enquanto as previsões do M. Finanças utilizam a anterior metodologia.

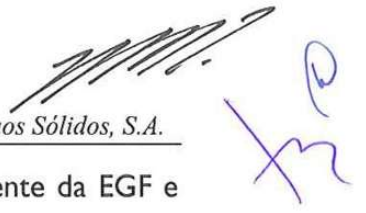
2.2. Enquadramento do Setor

Em 2015 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas em anos anteriores para o setor dos resíduos, das quais se destaca:

Privatização da EGF

A efetiva privatização de parte do setor dos resíduos, antes pertencente ao Grupo Águas de Portugal através da holdig EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A, detentora de participações sociais em 11 Sistemas Multimunicipais de tratamento e valorização de resíduos.

A assinatura do contrato de compra e venda do capital social da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., realizou-se em novembro de 2014, entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e a SUMA-Tratamento, SA, empresa que resultou da formalização do agrupamento vencedor do concurso público internacional. O closing da operação, após pronúncia positiva da Autoridade da Concorrência, realizou-se em 28 de julho de 2015, com a efetiva troca das ações representativas do capital e o pagamento do preço.



Os acionistas de referência da Suma-Tratamento, SA, e concomitantemente da EGF e das Concessionárias suas participadas, são O Grupo Mota-Engil, SA, a Urbaser, SA e a Suma-Meio Ambiente, SA.

Bases dos Contratos de Concessão

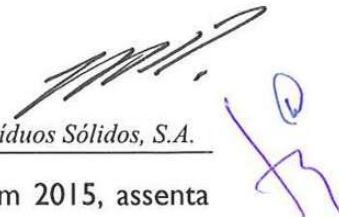
O Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, que aprova as bases do contrato de concessão aplicáveis aos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, com maioria de capital privado. Este novo regime jurídico estabelece o relacionamento e partilha de riscos e obrigações entre o Estado Concedente e as Concessionárias, a fixação de uma caução em garantia do cumprimento do contrato, e define detalhadamente os objetivos de serviço público a que as Concessionárias se obrigarão.

Este novo enquadramento contratual assenta no respeito dos seguintes princípios:

- Garantia da acessibilidade das populações aos serviços de resíduos mediante a adequação das tarifas à respetiva capacidade económica;
- Clarificação do regime aplicável aos futuros contratos de concessão da exploração e gestão da recolha e tratamento de resíduos urbanos, com defesa do interesse público nacional e municipal e garantias de transferência para os Municípios das infraestruturas afetas à concessão no termo do seu prazo;
- Poderes de fiscalização e regulação do Estado e da ERSAR, na arbitragem da relação entre as empresas concessionárias e os Municípios;
- Garantias de transparência, equidade territorial e sustentabilidade económico-financeira dos sistemas, à luz do novo regulamento tarifário e das metas previstas no PERSU 2020;
- Manutenção ou melhoria da qualidade do serviço público prestado às populações.

Regulamento Tarifário de Resíduos Urbanos

No domínio da regulação, haverá que referir a homologação por Despacho do senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 74, de 15 de Abril, do novo Regulamento Tarifário aplicável aos serviços de gestão de resíduos. Este Regulamento Tarifário, cujos trabalhos para início



do primeiro período regulatório, 2016-18, tiveram já o seu reflexo em 2015, assenta num novo modelo de regulação económica com as seguintes bases:

- Modelo do tipo “Revenue Cap”, com definição de proveitos permitidos para cobertura dos custos de capital, estimados através da remuneração de uma base de ativos, e dos custos de exploração;
- Introdução de incentivos à eficiência produtiva na base de custos contraláveis pelo operador, incluídos nos custos de exploração a suportar pelos proveitos permitidos;
- Remuneração dos ativos em exploração e com incentivos para decisões eficientes de investimento, no que diz respeito aos incrementos da base de ativos a remunerar, incluindo a partilha de infraestruturas com vista ao maior aproveitamento da capacidade de tratamento instalada no país;
- Remuneração da base de ativos por referência a um custo de capital definido pelo regulador, como incentivo para a otimização dos custos e estrutura de capital.

PERSU – 2020 - Plano estratégico para o setor dos resíduos

O PERSU 2020 - o Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos, foi aprovado, pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em DR (I Série) n.º 179, de 17 de setembro de 2014, e encerra a visão estratégica para o setor no horizonte 2014-2020.

Este Plano prossegue como objetivo garantir um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas no setor dos resíduos. Promove ainda a minimização da produção e da perigosidade dos resíduos e procura integra-los nos processos produtivos como materiais secundários por forma a reduzir os impactos da extração de recursos naturais.

Estabelece ainda um modelo que, pela primeira vez, permite definir individualmente e para cada sistema de gestão de RU, as seguintes metas:

- a) Metas de retomas de recolha seletiva;
- b) Metas de desvio de RUB de aterro;
- c) Metas de preparação para reutilização e reciclagem.

Portugal 2020 / POSEUR

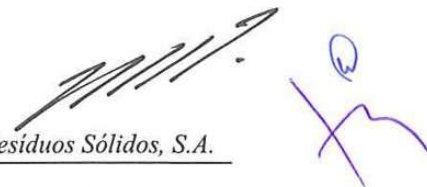
O POSEUR é o instrumento nacional, inserido nas Estratégias “Europa 2020” e “Portugal 2020” para o campo da sustentabilidade e uso eficiente de recursos, agregador de 2.2 mil milhões de euros de financiamento comunitário. A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

O POSEUR integra, 3 eixos de atuação, sendo o Eixo III – “Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na utilização dos recursos”, aquele em que se integram as estratégias para o setor dos resíduos e nomeadamente as candidaturas de projetos que visem a concretização das metas nacionais e comunitárias inseridas no PERSU 2020, Plano estratégico dos Resíduos Urbanos para o período 2014-2020. Para a globalidade do setor, e durante o período referido, estão previstos apoios comunitários, na ordem dos 306 M€.

Legislação do setor publicada em 2015

Durante 2015 foram emitidos e publicados diversos diplomas legais que regulam áreas específicas do setor dos resíduos, cujos mais importantes apresentamos abaixo:

- [Despacho n.º 850-A/2015, de 27 de janeiro](#) - Estabelece a forma de regularização dos stocks de sacos de plástico leves;
- [Decreto-Lei n.º 48/2015, de 10 de abril](#) - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das capitações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos;
- [Portaria n.º 158/2015, de 29 de maio](#) - Primeira alteração à Portaria n.º 29-B/98, de 15 de janeiro, que estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis;
- [Despacho n.º 7110/2015, de 29 de junho](#) - Define a metodologia para elaborar os requisitos e as regras para o processo de qualificação de operadores de gestão de resíduos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), regulado pelo Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, na sua redação atual;
- [Despacho n.º 7111/2015, de 29 de junho](#) - Define as metas de retoma para os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), regulado pelo Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, na sua redação atual;



- [Despacho n.º 7112/2015, de 29 de junho](#) - Define a metodologia a utilizar para a definição das especificações técnicas a aplicar aos resíduos de embalagens, domésticos e semelhantes, cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), regulado pelo Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, na sua redação atual;
- [Despacho n.º 8376-C/2015, de 29 de julho](#) - Determina os valores das contrapartidas financeiras decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU);
- [Portaria n.º 345/2015, de 12 de outubro](#) - Estabelece a lista de resíduos com potencial de reciclagem e ou valorização;
- [Portaria n.º 368/2015, de 19 de outubro](#) - Fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental;
- [Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro](#) - Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacte ambiental e revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril;
- [Portaria n.º 399/2015, de 5 de novembro](#) - Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares;
- [Despacho n.º 3350/2015, de 1 de abril](#) - Define as metas intercalares por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos relativamente à deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, preparação para reutilização e reciclagem e retomas com origem em recolha seletiva, para o período 2016-2020.

2.3 Regulação

A atividade de gestão de resíduos urbanos, desenvolvida pelas empresas concessionárias do Grupo EGF é um serviço de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento da atividade económica e à proteção do meio ambiente.

No ano de 2014 e 2015 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória neste setor, e em especial para os sistemas multimunicipais de titularidade estatal, as empresas do Grupo EGF, onde a forma de organização destas empresas e o modelo de interação com a Entidade Reguladora sofreram modificações estruturais.



Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 7.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Também durante o ano de 2014, o RTR- Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR) foi aprovado pela deliberação 928/2014 do Conselho Diretivo da ERSAR de 17 de Fevereiro de 2014, homologado pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia em 28 de Fevereiro de 2014, e publicado no Diário da República n.º 74 de 15 de Abril. Posteriormente, a ERSAR aprovou pela deliberação 1152/2015 de 8 de Junho o aditamento do artigo 95.º-A por forma a compatibilizar o calendário regulatório com o processo de reprivatização da EGF e consequentemente com a aplicação do DL 96/2014 de 25 de junho (Novas Bases das Concessões de RU-Resíduos Urbanos para empresas de Capitais maioritariamente privados). Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (cost plus) para um modelo de proveitos permitidos (revenue cap), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para os seus acionistas.

Regulação económica

Em 2015, coexistiram nas Concessionárias de tratamento de resíduos os 2 modelos regulatórios.

Por um lado, nos termos da legislação vigente, foi praticada pela ALGAR, a tarifa aprovada pelo Concedente para o ano de 2015, ainda ao abrigo do sistema anterior. Assim, o ciclo regulatório anual iniciou-se com a apresentação ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o ano de

2015, em setembro de 2014, sendo que após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da ALGAR, a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

Com a publicação do RTR, as empresas de Tratamento e Valorização de Resíduos do Grupo, passaram a reger-se pelos Novos Contratos de Concessão, os quais se baseiam nas Novas Bases das Concessões de RU e também no que respeita à definição, ao cálculo e à revisão das tarifas no RTR. Neste novo regime, as tarifas, **passarão a ser definidas pelo ERSAR**, e o seu cálculo baseia-se agora num modelo “Revenue Cap”, apuramento de um Volume de “Proveitos Permitidos”, em cada período regulatório de 3 a 5 anos”, sendo que o primeiro período regulatório é de 3 anos e abrange o período de 2016 a 2018.

As disposições aplicáveis aos sistemas de titularidade estatal, caso da empresa em questão, está definido no capítulo II do RTR o modelo de determinação das tarifas das atividades reguladas, sendo de realçar:

A determinação dos **proveitos permitidos** faz-se de acordo com a seguinte expressão:

Proveitos Permitidos = Custo de Capital + Custo de exploração + Incentivos + Ajustamentos – Benefícios das atividades complementares – Receitas adicionais – Ganhos Financeiros Derivados de Juros Bonificados

Por sua vez, o cálculo do **Custo de Capital** faz-se a partir da expressão:

Custo de Capital = Base de Ativos Regulados x Taxa Máxima de Remuneração dos Ativos + Amortizações do Exercício

A **Base de Ativos Regulados** é constituída pelos ativos afetos à exploração das atividades principais e respetivas atividades complementares. Dispõe o RTR no número 3 do seu artigo 29º o seguinte:

Quanto ao **cálculo da Tarifa**, ele está referenciado no art. 49º do RTR e é dado pela seguinte expressão:

Tarifa de RU = Proveitos Permitidos Totais / Quantidades de RU indiferenciado a receber

Ainda em 2015, e ao abrigo do calendário estabelecido no art. 95º-A do RTR, foram publicados pela ERSAR, em 16 de Novembro e na sequência da realização de audiência prévia de interessados, os parâmetros regulatórios genéricos para determinação dos

proveitos permitidos no âmbito do RTR para o serviço de gestão de resíduos urbanos para o período regulatório 2016-2018, e dirigidos às entidades gestoras concessionárias de sistemas multimunicipais com capitais maioritariamente privados, isto é, as empresas do Grupo EGF. Estes parâmetros incluem a taxa de remuneração dos ativos e respetivas componentes (taxa de juro sem risco, estrutura de financiamento regulatória, beta dos capitais próprios, prémio de risco de mercado, taxa de remuneração dos capitais alheios e taxa de imposto) e as taxas de variação do IHPC.

Posteriormente, e durante o mês de novembro a ALGAR, remeteu ao ERSAR o seu Plano de Investimentos para o mesmo período, o qual se encontra em análise pelo regulador. Durante o mês de março de 2016, serão também remetidas aos Regulador as Contas Reguladas históricas e previsionais, de modo a serem calculados os Proveitos permitidos de cada concessionária e as respetivas tarifas a praticar no triénio, os quais estarão definidos, após audiência prévia, em meados de julho de 2016.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. Deste modo, a qualidade de serviço de gestão de resíduos urbanos prestado pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2015 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2014, referenciados a 31 de dezembro. Dos 14 parâmetros analisados a ALGAR obteve nota positiva em 11, o que plasma a boa qualidade de serviço prestado pela empresa.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços resíduos urbanos do grupo EGF estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA desenvolve ainda atribuições no âmbito dos resíduos enquanto Autoridade Nacional de Resíduos, cabendo-lhe entre outras:

- o controlo operacional da informação das operações de gestão de resíduos,
- o planeamento e gestão de resíduos de todas as tipologias de resíduos e as diversas origens,
- assegurar o tratamento de informação no âmbito do SIRER e SILOGR,
- garantir a validação da informação necessária à aplicação do regime económico e financeiro da gestão de resíduos e diligenciar no sentido da implementação do regulamento relativo à aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR),
- definir, implementar e acompanhar as políticas e estratégias nacionais para a gestão de resíduos setoriais,
- assegurar a elaboração dos planos e dos programas de gestão de resíduos, acompanhar a sua execução e proceder à respetiva monitorização,
- aprovar os modelos técnicos de gestão de resíduos,
- assegurar uma abordagem integrada de licenciamento das operações de gestão de resíduos, coordenar e harmonizar os critérios a adotar para o licenciamento pelas Autoridades Regionais de Resíduos e acompanhar as auditorias técnico-ambientais ou económico-financeiras à atividade exercida por operadores de gestão de resíduos bem como proceder à análise técnica de processos de candidatura a fundos comunitários relativos a infraestruturas para operações de gestão de resíduos urbanos.

No âmbito do modelo de regulação económica previsto no regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos (RTR), a APA será chamada a dar parecer sobre o alinhamento dos investimentos propostos pelas entidades gestoras que integrarão a base de ativos a remunerar com as políticas nacionais em matéria de resíduos urbanos.



GOVERNO SOCIETÁRIO

São órgãos da sociedade a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos.

Os Órgãos Sociais foram eleitos para o mandato 2015-2017 em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 18 de setembro de 2015, apresentando atualmente a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Portimão
Dra. Isilda Maria Prazeres Vargues Gomes

Vice-Presidente: Empresa Geral do Fomento, S.A.

Secretário: Presidente da Câmara Municipal de Lagos
Dra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos

Conselho de Administração

Presidente: Eng^o Tomás Joaquim de Oliveira Serra

Vogal: Dr. Luis Fernando Adrada Guarjardo

Vogal: Presidente da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel
Dr. Vítor Manuel Martins Guerreiro

Conselho Fiscal

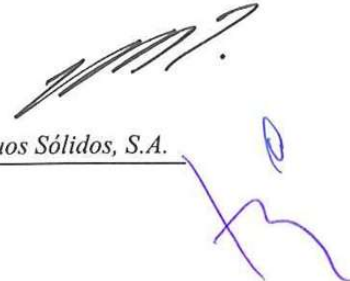
Presidente: Município de Monchique representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Miguel da Silva André

Vogal: Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos

Vogal: Dr. Eduardo Manuel Fonseca Moura

Vogal Suplente: Dr. Tiago Nuno Correia da Cruz

ROC Deloitte & Associados - SROC, S.A. (SROC n.º 43) representada pelo



Dr. Nuno Miguel Cabaço da Silva
ROC Suplente: Dr. António José Araújo Beja Neves

Comissão de Vencimentos

Presidente: Eng.º Jorge Agostinho Fernando Rodrigues
Vogal: Município de Silves
Vogal: Dr. Pablo Barreiro Blanco

Curriculum Vitae dos Administradores

Presidente do Conselho de Administração
Eng.º Tomás Joaquim de Oliveira Serra



Nasceu em Lisboa em 13 de dezembro de 1965.

Habilitações Académicas:

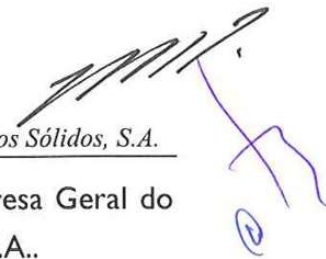
Licenciado em Engenharia Mecânica, Ramo Termodinâmica Aplicada, pelo Instituto Superior Técnico (1983/1988), complementou mais tarde a sua formação em gestão através de programas promovidos pelo IDCFC da Universidade Católica e pelo INDEG/ISCTE.

Carreira Profissional:

Iniciou a sua carreira profissional no grupo EDP em dezembro de 1988, onde desempenhou funções técnicas e de gestão em diversos projetos na área da energia e dos resíduos.

A partir de abril de 2001 passou a integrar o grupo Somague (AGS e Hidrurbe) para implementação da Prestação de Serviços de Operação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, Madeira. Neste âmbito foi Administrador de várias empresas, destacando-se a OTRS - Operação da ETRS da Meia Serra, onde foi também Diretor Geral durante mais de 6 anos.

De maio de 2008 a fevereiro de 2012 foi Administrador Executivo da Valorsul, SA, nomeado pela EGF.



De 22 de fevereiro de 2012 a julho de 2015 foi Administrador da Empresa Geral do Fomento, SA, e Presidente do Conselho de Administração da Resinorte, S.A..

Funções Atuais:

Desde Setembro de 2015, é Presidente do Conselho de Administração da Algar, S.A., da Resinorte, S.A., da Resiestrela, S.A. e vogal do Conselho de Administração da Valorsul, S.A., da Resulima, S.A., da Valorlis, S.A., da Suldouro, S.A. e da Valnor, S.A..

Vogal do Conselho de Administração

Dr. Luis Fernando Adrada Guajardo



Nasceu em Zaragoza a 4 de Maio de 1973

Habilitações Académicas:

Licenciado em Ciências Económicas, especialidade em Economia Internacional e Desenvolvimento, pela Universidade Complutense de Madrid.

Carreira Profissional:

De 2000 a 2006 desempenhou funções na área de Administração e Finanças na Urbaser, em Espanha.

De 2006 a Julho 2015 desempenhou funções na Urbaser em Marrocos como Diretor Administrativo e Financeiro do grupo Urbaser espanhol.

Em Julho de 2015 foi nomeado vogal do conselho de administração da Empresa Geral do Fomento, S.A. e desde Setembro de 2015 vogal do Conselho de Administração da Algar, S.A., da Resinorte, S.A., da Suldouro, S.A. e da Valorsul, S.A..



Vogal do Conselho de Administração

Dr. Vítor Manuel Martins Guerreiro



Nasceu em São Brás de Alportel em 12 de janeiro de 1970

Licenciado em Psicologia.

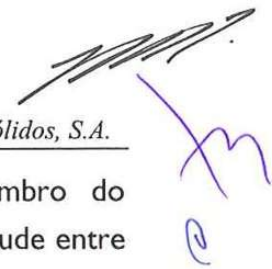
Autarca desde os 25 anos de idade, foi membro da Assembleia Municipal de São Brás de Alportel de 1995 a 2001 e desde janeiro de 2002 exerce as funções de vereador a tempo inteiro, no executivo municipal liderado por António Eusébio, eleito pelo partido socialista, desempenhando o cargo de vice-presidente desde outubro de 2005.

Com formação profissional na área das Inspeções Técnicas de Veículos Automóveis, desempenhou funções como inspetor técnico de veículos, na empresa ITV Inspeções Técnicas de Veículos Lda de, 1994 a 2001, no Centro de Inspeções de Veículos de São Brás, onde exerceu o cargo de diretor do centro, de 1997 a 2001, assumindo responsabilidades no âmbito da gestão de todas as atividades do centro, da equipa de funcionários e da gestão do sistema de Qualidade, acumulando, desde 2000, também o cargo de diretor de outro dos centros da empresa, na Guia, em Albufeira.

A sua participação cívica teve início muito cedo, tendo colaborado ativamente, desde muito novo, no movimento associativo do concelho:

Entre 1984 e 2002 foi membro do Grupo Juvenil de Acordeonistas, onde durante 18 anos participou nas inúmeras atuações do grupo um pouco por todo o país;

Sócio fundador da Associação Jovem Sambrasense, em 1991, desempenhou nesta coletividade as funções de tesoureiro e de presidente da direção;



Enquanto dirigente associativo, desempenhou ainda funções como membro do Conselho Consultivo da Delegação Regional do Instituto Português da Juventude entre 1994 e 1997;

No âmbito das atividades associativas, coordenou diversos Campos de Trabalho Nacionais, promovidos pela Secretaria de Estado da Juventude, entre 1994 e 1999;

Em 1995 fez o curso de Socorrista da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo colaborado como socorrista voluntário em diversas ações e eventos, onde a Cruz Vermelha Portuguesa participou.

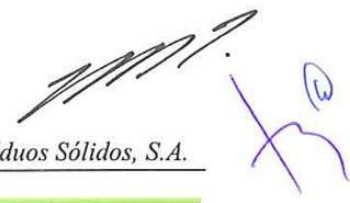
Desde dezembro de 2006, desempenha o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral da Associação Musical do Algarve.

4. ATIVIDADE OPERACIONAL

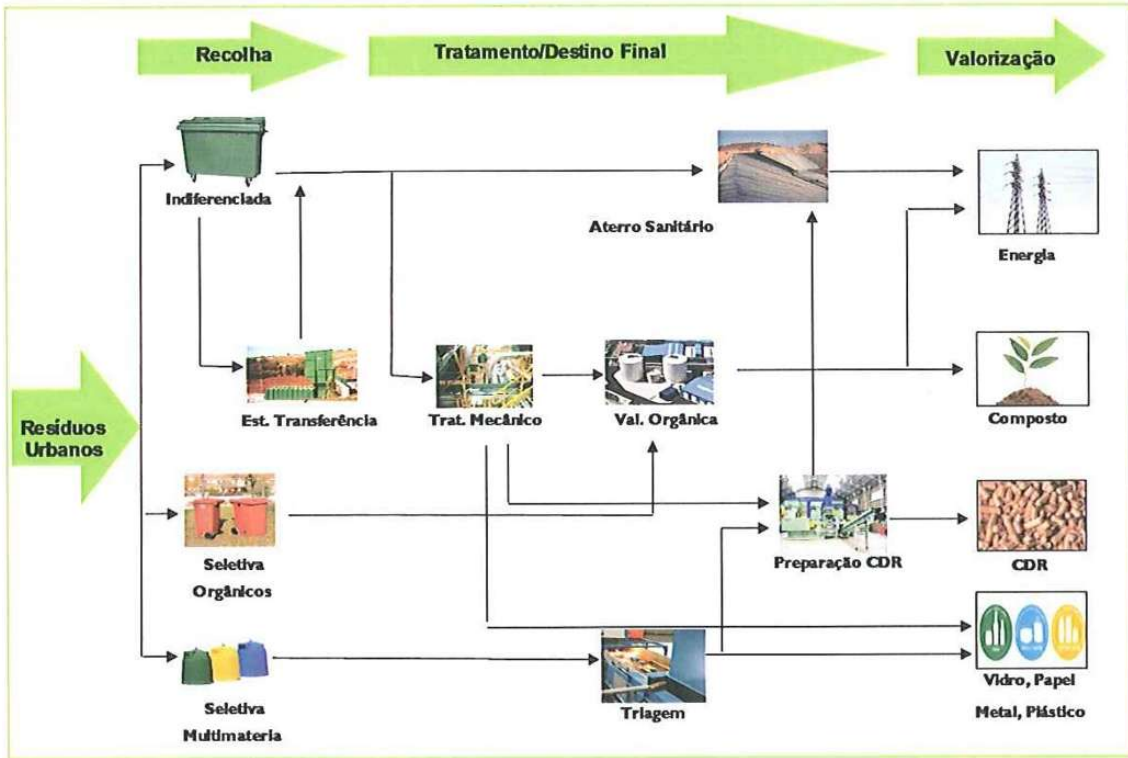
A atividade da empresa engloba o tratamento de resíduos urbanos, o sistema integrado de recolha seletiva, que compreende a recolha e triagem dos materiais destinados à reciclagem, o aproveitamento energético do biogás produzidos em aterro e a compostagem de resíduos verdes.

Para o desenvolvimento da sua atividade a ALGAR possui, em exploração, as seguintes infraestruturas:

- 2 Aterros Sanitário;
- 2 Unidades de Aproveitamento Energético de Biogás;
- 8 Estações de Transferência;
- 3 Estações de Compostagem de resíduos verdes;
- 1 Central de Valorização Orgânica;
- 1 Unidade de Tratamento Mecânico no Aterro Sanitário do Barlavento.
- 1 Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Volumosos;
- 2 Estações de Triagem e enfiamento de materiais recolhidos seletivamente;
- 13 Ecocentros e uma rede de 2.671 ecopontos distribuídos pelos Concelhos que integram o Sistema.
- Uma frota de 57 viaturas operacionais, sendo 30 viaturas para a Recolha Seletiva, 20 viaturas para a Transferência de Resíduos e 7 para outros serviços (transporte de máquinas, limpa-fossas e serviços internos).



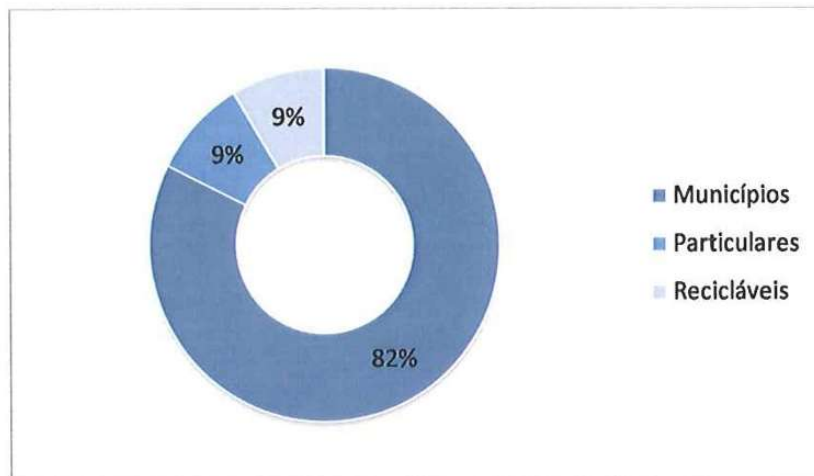
Grupo EGF - Cadeia de Valor



4.1. Receção de Resíduos

Durante o exercício económico de 2015 entraram nas instalações da ALGAR 370.800 toneladas de resíduos, das quais 82% correspondem a resíduos provenientes de Municípios, 9% de clientes Particulares e 9% são resíduos recicláveis.

Resíduos Entrados



De salientar que cerca de 68% dos resíduos foram rececionados nas Estações de Transferência, sendo posteriormente transportados para as instalações de tratamento adequadas.

Tipos de Resíduos

Tipo de Resíduos	Total Anual (Ton)		
	2015	2014	Variação %
RSU Municipais	299 942	294 554	2%
RSU Particulares	24 806	21 970	13%
Inertes	14 122	14 587	-3%
Recicláveis	31 931	29 384	9%
TOTAL	370 800	360 494	3%

Registamos acréscimo mais acentuado nos resíduos sólidos urbanos entregues por Particulares, sendo que foram rececionadas +3% das quantidades globais, comparativamente com o ano anterior.

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

Os RSU Municipais e Particulares, representam em 2015, 88% do total de Resíduos rececionados.

As quantidades de RSU rececionados em 2015 foram superiores às de 2014, verificando-se um aumento de 2% nos Municípios e 13% nos Clientes Particulares.

Inertes / RCD

Em 2015 foram rececionadas 14.122 toneladas de inertes, o que representou uma diminuição de 3% face ao ano anterior, devido à diminuição na atividade de construção.

Recolha Seletiva

Regista-se um aumento de 9% das quantidades dos materiais recicláveis provenientes da Recolha Seletiva, face ao ano anterior.

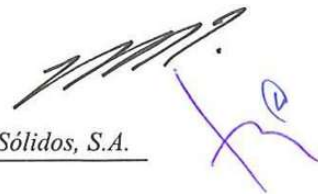
Evolução da Recolha Seletiva por Fileira

Recolha Selectiva	Toneladas		
	2015	2014	Varição %
Vidro	13 716	12 121	13%
Papel/Cartão	11 073	10 436	6%
Embalagens (plástico e metais)	6 076	6 115	-1%
Madeira	1 061	709	50%
Pilhas	4	3	28%
Total	31 931	29 384	9%

Em 2015 deu-se continuidade à recolha de porta-a-porta de resíduos de embalagens no fluxo comercial e canal HORECA (estabelecimentos de hotelaria, restauração e cafetaria), através de subcontratação externa.

Importa referir que, em 2015, a região do Algarve atingiu a melhor captação de recolha de resíduos de embalagens recicláveis em Portugal Continental, tendo encaminhado para reciclagem, um total de 28.097 toneladas, correspondentes a uma captação de 60,6 kg por habitante. Os valores gerais de captação de retoma são novamente, os melhores apresentados por todos os sistemas aderentes à SPV a nível de Portugal Continental.

Foi acima de tudo graças à participação ativa, empenhada e consciente da população algarvia, que estes resultados puderam ser obtidos. Verificou-se assim que as diversas campanhas de sensibilização promovidas pela ALGAR, no sentido de consciencializar os algarvios para uma separação correta, deram resultados.



Para estes resultados também contribuiu a aposta da ALGAR na modernização e melhoria constante dos seus equipamentos de recolha e infraestruturas. A ALGAR continuará a apostar numa proximidade crescente com os municípios algarvios, através de campanhas de educação ambiental mas também no âmbito da solidariedade social para com as comunidades locais.

6.2. Tratamento e Valorização

Aterros

Do total de resíduos entrados na ALGAR (370.800 toneladas) em 2015, 258.518 toneladas tiveram como destino direto a deposição em Aterro, que corresponde a 70% do total. Destes 50% foram depositados no Aterro do Barlavento e 50% no Aterro do Sotavento.

Continuou-se com o aumento da rede de drenagens e encaminhamento do biogás produzido nas diferentes células em exploração, com o intuito de aumentar a quantidade encaminhada para valorização energética, esforço que será mantido e desenvolvido ao longo de 2016.

Tratamento Mecânico

Foram reencaminhados para as Unidades de Tratamento Mecânico do Aterro Sanitário do Barlavento e da CVO 46.433 toneladas para tratamento, correspondendo a cerca de 13% do total de RSU processados.

Compostagem de Verdes

Durante o exercício 2015 foram vendidas 3.502 toneladas de composto de verdes (Nutriverde), produzido nas Unidades da ALGAR, sitas em Portimão, Tavira e S. Brás

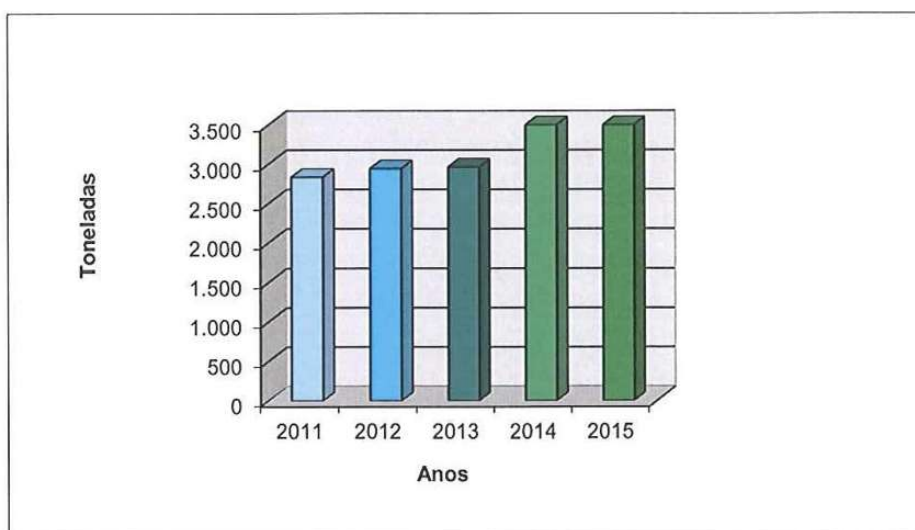


de Alportel, o que significou um desvio de aterro de 13.569 toneladas de matéria orgânica.

Material	Toneladas			Vendas (Euros)		
	2015	2014	Variação %	2015	2014	Variação %
Nutriverde	3 502	3 537	-1,0%	114 496	112 877	1,4%

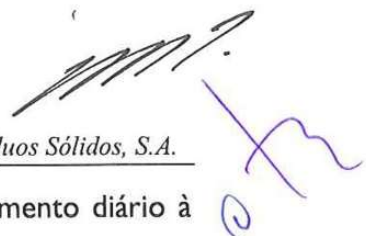
Tendo esta atividade iniciado o seu processo produtivo em 2003, apresentamos a seguir gráfico com a evolução das vendas nos últimos cinco anos.

Evolução da Venda de Composto de Verdes



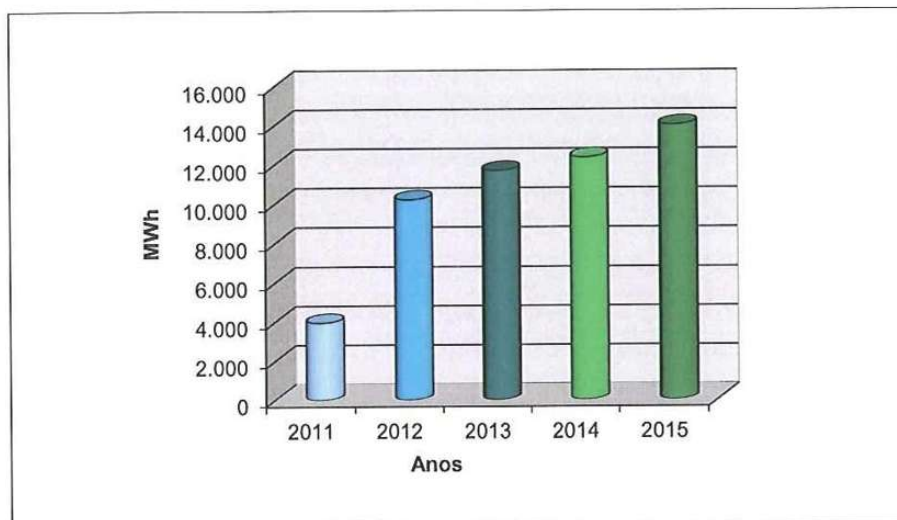
Aproveitamento energético do Biogás

Em 2015 a produção de energia resultante do aproveitamento energético do biogás foi superior à verificada em 2014 devido à ampliação e otimização dos sistemas de



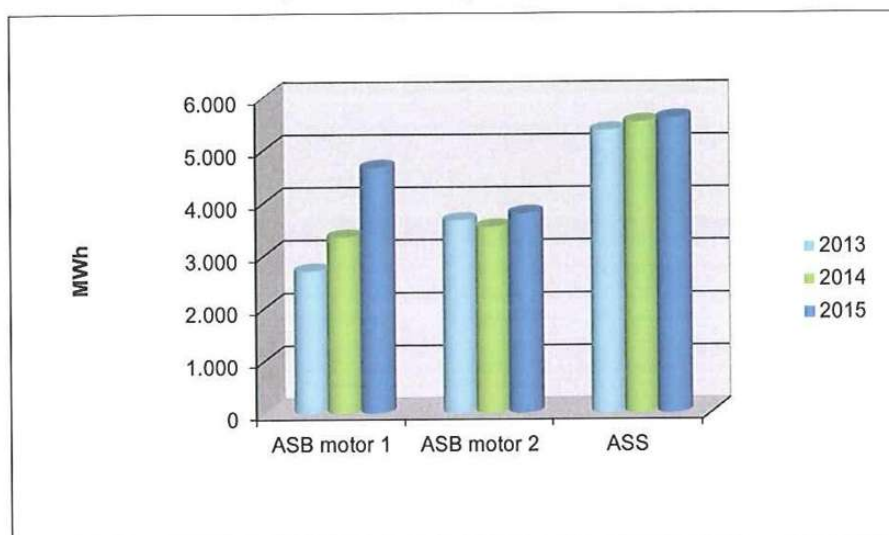
drenagem de biogás nas células de deposição, melhoria no acompanhamento diário à atividade e minimização das horas de paragem devido a avarias.

Evolução Anual da Produção de Energia Elétrica



A quantidade de energia elétrica produzida em 2015, no total de 14.025 MWh, sendo 60% proveniente da Unidade de Aproveitamento Energético do Biogás instalada no Aterro Sanitário do Barlavento e 40% da Unidade do Aterro Sanitário do Sotavento.

Produção de Energia Elétrica - 2015



4.3. Manutenção

A atividade desenvolvida pelo sector de manutenção da ALGAR garantiu a eficiência e operacionalidade do serviço prestado pela empresa nas suas diferentes áreas. A Recolha Seletiva e a Transferência foram as áreas da empresa responsáveis pelo



consumo de maior número de horas de trabalho dos colaboradores da manutenção no ano de 2015.

4.4. Monitorização

Monitorização Ambiental

No âmbito da monitorização ambiental procedeu-se em 2015 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, águas superficiais, águas de captação subterrânea, águas para consumo humano, emissões gasosas, ruído e controlo de enchimento e assentamentos dos aterros, de acordo com a legislação em vigor e documentos de referência, nomeadamente as Licenças Ambientais e de Exploração dos Aterros.

Os resultados dos controlos efetuados não evidenciam qualquer alteração significativa face aos valores de referência e foram enviados periodicamente às entidades competentes, Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), de acordo com os prazos estabelecidos, bem como divulgados nas reuniões trimestrais das Comissões de Acompanhamento dos Aterros.

Caracterização de Resíduos

No ano de 2015 vigorou a isenção de realização de campanhas de caracterização de resíduos determinada pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente para os anos 2014 e 2015. Finda esta isenção em 2016 as caracterizações de resíduos serão realizadas de acordo com a legislação em vigor.

Certificação

Em 2008 a ALGAR implementou um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente (SIGQA), que culminou com a obtenção da certificação por entidade

independente acreditada. Em 2009 iniciou a implementação da certificação ao nível da Higiene e Segurança tendo em 2011 obtido a respetiva certificação.

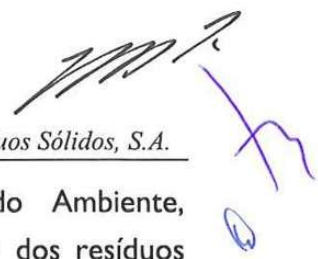
A implementação deste Sistema Integrado de Gestão permitiu a estruturação de processos, a identificação e sistematização das ações individuais e coletivas de prevenção e controlo de riscos e minimização de impactes ambientais, bem como a melhoria na utilização dos recursos, potenciando uma maior eficiência e uma melhor qualidade das operações, com o reforço da satisfação dos colaboradores, utentes e da sociedade em geral.

Licenciamentos

No decurso de 2015 foi dada continuidade aos processos de licenciamento iniciados em 2013, nomeadamente, a alteração substancial à atual licença ambiental do aterro do Sotavento (nº 20/2006), e ainda a processo da licença ambiental nº 72/2008 referente ao aterro do Barlavento, os quais não foram concluídos por parte da APA desde então. Não obstante foram desenvolvidos esforços complementares por ambas as entidades, com o intuito de ultrapassar alguns constrangimentos legais que estão contribuir para o condicionamento do normal desenvolvimentos dos processos, nomeadamente no que diz respeito a instrumentos de ordenamento do território. Verificaram-se ainda renovações e/ou adendas a licenças já existentes associadas a Estações de Transferência, de modo a que estas reflitam as novas realidades associadas à gestão integrada de resíduos.

4.5. Comunicação e Imagem

A ALGAR no âmbito da atividade de comunicação da empresa, promove e desenvolve diversas ações de educação ambiental, campanhas de sensibilização dirigidas à população em geral, pequeno comércio e serviços, procurando a motivação e a adoção



de comportamento que zelem pela preservação e proteção do Ambiente, nomeadamente, a adesão às boas práticas associadas à correta gestão dos resíduos diariamente produzidos (redução, reutilização e separação dos resíduos).

a) Comunicação externa/interna

Como forma de divulgação das várias iniciativas, a empresa marca presença em diversos suportes de comunicação: website, redes sociais, media, newsletter e brochuras informativas.



Site ALGAR

SITE NUTRIVERDE

FACEBOOK

ANÚNCIOS

NEWSLETTER

Promove as campanhas em Outdoor/Mupi, anúncios publicitários e vídeos onde também dá a conhecer as suas atividades.



OUTDOORS MÓVEIS

OUTDOORS NUTRIVERDE

MUPI

VÍDEOS

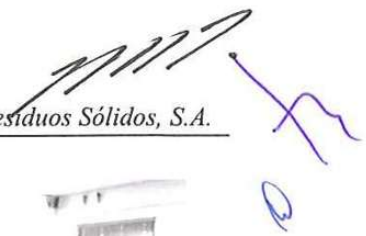
PUBLICAÇÃO 20 ANOS

Em 2015 a empresa teve destaque em alguns eventos na região, com especial destaque para as cerimónias no âmbito das celebrações do seu 20º aniversário.



Descerrar da placa de inauguração da rotunda da sede "URBIECO"

A sensibilização interna dos seus colaboradores, mediante a utilização do boletim informativo mensal "Momento Verde" e a realização de ações de formação, são uma forte aposta da empresa.




Boletim mensal "Momento Verde"



Sensibilização/Informação sobre as atividades da empresa

b) Sensibilização e Educação Ambiental nas Escolas

Acreditamos que todas as iniciativas de sensibilização e educação ambiental são incentivadoras e com o tempo contribuem para que o ato da separação seletiva dos resíduos seja cada vez mais espontâneo, pois só desta forma será possível proporcionarmos um ambiente melhor para todos. Nesse sentido, o papel da ALGAR junto das escolas tem sido fundamental.

Os meios utilizados no âmbito da atividade de sensibilização e educação ambiental para o público escolar, foram:

– Guia de Atividades de Educação Ambiental



– Centro de Educação Ambiental



Visita Exposição CEA

Oficinas Diversas

Exibição Filmes

Jogos

Teatro sombras

A ALGAR promoveu ações de sensibilização sobre a correta gestão dos resíduos urbanos no Centro de Educação Ambiental de ALGAR em Albufeira e recebeu 900 visitantes nas suas instalações.

– Ações para as Escolas

Realizaram-se 154 Ações de sensibilização/informação na qual estiveram presentes 2446 formandos.



Ações de Sensibilização

Visitas de Estudo

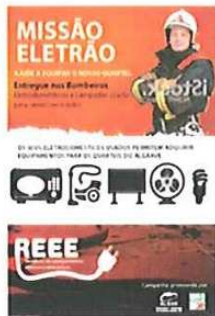
– Materiais lúdico-pedagógicos disponibilizados nas ações



c) Campanhas de Sensibilização para a população em geral/comércio e serviços

[Handwritten signature and initials]

Em 2015 lançaram-se 4 novas campanhas de sensibilização:



Missão Elétrão
(campanha a favor das corporações de bombeiros)



Vidra-te em mim, dirigida ao canal horeca



Valorização Bio + Recolha seletiva de resíduos orgânicos



Recolha porta a porta embalagens recicláveis (campanha em parceria com o Município de São Brás de Alportel)

Promoveram-se ações conjuntas com os 16 municípios do Algarve, tendo sido realizadas 43 campanhas de sensibilização “Ambilinha” destinadas ao pequeno comércio e serviço (3 fluxos resíduos de embalagem) e 25 “Eco Evento|ALGAR”. Os eventos com elevada concentração de público produzem grandes quantidades de resíduos e o seu correto encaminhamento para a reciclagem minimiza o impacte ambiental que estes podem causar.

Em simultâneo decorreu o concurso escolar “Vamos dar Vida aos Resíduos” (destinado à captação dos 3 fluxos de resíduos de embalagem + pilhas + REEE) e a campanha “Separar para Alimentar”, ações proveniente de anos anteriores.

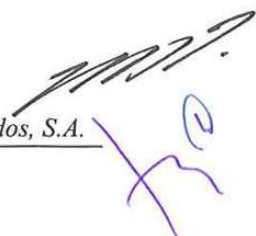


Concurso Escolar



Separar para alimentar (campanha a favor da ENTRAJUDA)

4.6. Capital Humano



Caracterização Social da Empresa

A política de recursos humanos da ALGAR tem-se vindo a desenvolver numa perspetiva de garantir a otimização dos recursos humanos e de dotar a empresa de equipas de trabalhadores motivadas, procurando garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro e condições remuneratórias justas e adequadas.

Evolução do quadro de pessoal

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de colaboradores em 31 de dezembro	247	239	233	227	226
Nº Médio de colaboradores	250	243	237	229	227

A 31 de dezembro de 2015 o número de colaboradores era de 226, tendo a média do ano sido de 227.

O número de colaboradores inclui colaboradores ausentes por doença e/ou acidente de trabalho cuja baixa seja superior a 1 mês à data de 31 de dezembro, correspondendo em 2015 a 5 colaboradores.

Estrutura Etária

Estrutura Etária	Nº	%
< 19 Anos	0	0%
19 - 25 Anos	3	1%
26 - 35 Anos	25	11%
36 - 45 Anos	82	36%
46 - 55 Anos	70	31%
56 - 65 Anos	44	19%
> 65 Anos	2	1%
Média de Idades	46	

Analisando os aspetos relacionados com a estrutura etária verifica-se que cerca de 49% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa dos 36 aos 45 anos que se concentra 36% dos colaboradores, sendo a média de idades dos colaboradores da ALGAR de 46 anos.

Níveis de Antiguidade



Níveis Antiguidade	Nº	%
< 1 Ano	4	2%
1 - 2 Anos	1	0%
3 - 5 Anos	32	14%
6 - 10 Anos	56	25%
11 - 15 Anos	78	35%
> 16 Anos	55	24%
Antiguidade Média	12	

Quanto à antiguidade média, esta é de 12 anos ao serviço da empresa.

Estrutura por Sexos

Sexo	Nº	%
Feminino (nº)	24	11%
Masculino (nº)	202	89%

Dadas as características próprias da atividade, o número de colaboradores do sexo masculino representa 89% do total dos colaboradores.

Vinculo Contratual

Tipo de Contrato	Nº	%
Sem Termo	217	96%
Termo Certo	8	4%
Outro	1	0%

Em relação ao tipo de Contrato, 217 colaboradores estão efetivos na empresa.

Habilitações Literárias

Hab. Literárias	Nº	%
Ensino Básico ou Inferior	160	71%
Ensino Secundário	33	15%
Ensino Superior	33	15%

O nível de escolaridade dos colaboradores é baixo, já que 71% dos colaboradores não ultrapassam o ensino básico.

Indicadores de Recursos Humanos

Rotação do Efectivo	Nº
Nº de Admissões	4
Nº de Sidas	5
Nº de Contratos Suspensos	5
Taxa de Rotatividade	2,0%

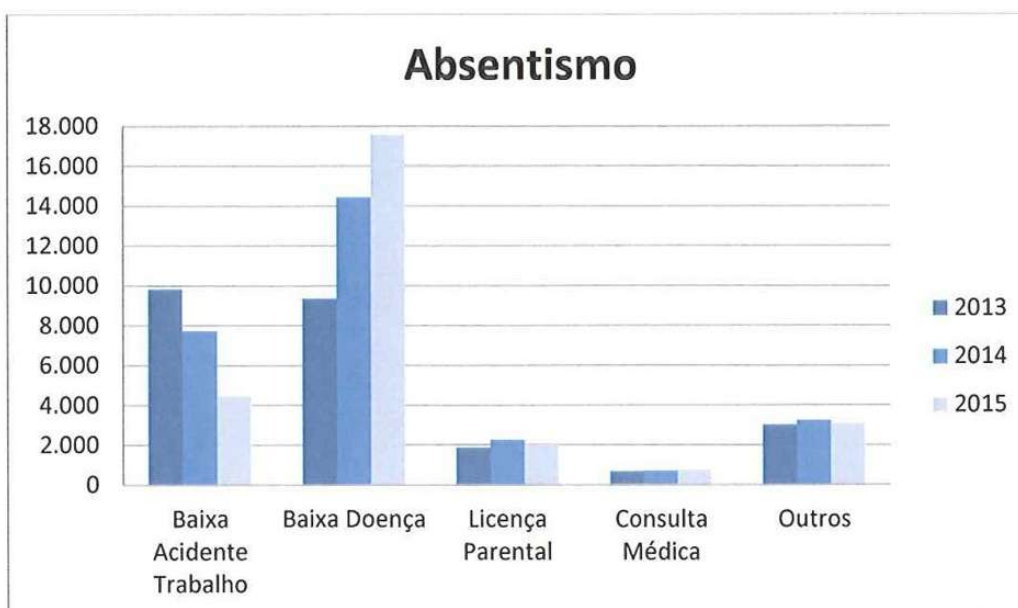
Apesar do carácter sazonal da região algarvia, existe uma taxa de rotatividade de 2%.

Das 425.653 horas potencialmente trabalháveis, foram efetivamente trabalhadas 394.228 horas.

Tempo de trabalho	Horas
Potencial de Horas Trabalháveis	425 653
Horas Trabalhadas (sem Horas de Trabalho Suplementar)	394 228

Em relação ao absentismo, este representa uma taxa de 6,6%, correspondente a 27.921 horas de ausência, das quais 63% (17.576 h) foram motivadas por baixas médicas por motivo de doença, seguidas das baixas por acidente de trabalho.

Absentismo	2015	2014	Variação Homóloga
Horas de Ausência	27 921	28 390	-2%
Taxa de Absentismo	6,6%	6,6%	0 p.p.



Em 2015, os principais motivos de ausência foram a baixa por doença e a baixa por acidentes de trabalho, tendo a primeira registado um aumento de 22% e a última registado uma diminuição de 42% no nº de horas de ausência face ao ano anterior.

Trabalho Suplementar

Trabalho Suplementar	2015	2014	Variação Homóloga
Relação Horas Extra e Horas Trabalhadas	1,2%	1,2%	0 p.p.
Total Trabalho Suplementar (horas)	4 921	4 644	6%
Total Trabalho Suplementar (euros)	32 899	29 795	10%
Taxa de Trabalho Suplementar	1,2%	1,1%	0,1 p.p.

Registamos um aumento de 6% do total de horas suplementares em 2015 face ao ano anterior.

Trabalho Temporário

Descrição	2015	2014
Nº pessoas em regime de Trabalho Temporário em 31 de dezembro	88	50
Nº Médio de pessoas em regime de Trabalho Temporário	79	11

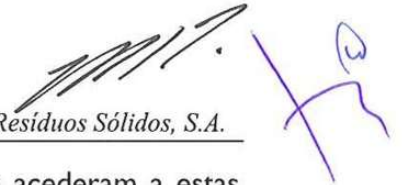
Relativamente ao trabalho temporário regista-se um aumento de pessoas contratadas neste regime, devido ao início de exploração das novas Unidades de Tratamento Mecânico e para a recolha seletiva e reforço do serviço de triagem de embalagens.

Formação Profissional

A Formação Profissional corresponde a uma prioridade e a uma preocupação dos responsáveis da empresa que procuram enriquecer continuamente o capital humano.

A empresa em 2015 continuou a sua aposta na formação dos seus colaboradores, no sentido da sua valorização profissional e do desenvolvimento das competências para a melhoria do seu desempenho.

Formação	2015
Total de horas de formação	3 549
Nº colaboradores envolvidos	217
Média Horas de Formação por Colaborador	16



No ano 2015 realizaram-se 3.549 horas de formação profissional e acederam a estas ações 217 colaboradores da empresa.

As principais áreas de formação foram: segurança e higiene no trabalho, gestão e administração, informática, engenharia do ambiente, enquadramento na organização, tecnologia de proteção do ambiente e liderança.

Sistema de Avaliação de Desempenho

A empresa tem implementado um sistema de avaliação de desempenho desde 2007, o qual contempla duas componentes: a gestão de competências e a gestão por objetivos.

O sistema de avaliação permite que, através da avaliação de um conjunto de competências, ao nível comportamental, os colaboradores possam evoluir profissionalmente no sistema de carreiras e de remunerações estabelecido. Por outro lado, anualmente são estabelecidos objetivos globais da empresa que condicionam a atribuição de prémios anuais.

No entanto, enquanto empresa do setor empresarial do estado até julho de 2015, de acordo com as orientações do Governo com vista à redução de despesa e cumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) não houve promoções nem atribuição de prémios na ALGAR desde 2010.

Acidentes de Trabalho

Acidentes de Trabalho	2015	2014	Variação Homóloga
Nº Acidentes de Trabalho	20	24	-17%

Relativamente aos acidentes de trabalho, em 2015 foram registados 20 acidentes de trabalho, menos quatro do que em 2014.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

A ALGAR continua a apostar na melhoria das condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, tendo concluído o processo de implementação da OHSAS 18001/NP 4397, com a obtenção do respetivo certificado em 2011. Em novembro de 2015, a ALGAR foi alvo de auditoria de 2.º Acompanhamento em Segurança (2.º ciclo), com a emissão de parecer positivo por parte da entidade certificadora no que respeita à sua manutenção.



Nesta área consideramos que os fatores de sucesso se prendem com o aumento da sensibilização, a interiorização dos conceitos e regras relacionadas com a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e o esforço e colaboração contínuos de todos os colaboradores.

Na área da saúde no trabalho foram realizados os exames médicos de admissão, periódicos e ocasionais, bem como exames complementares, de acordo com a legislação em vigor. Foram administradas 104 vacinas da Hepatite B aos colaboradores. Relativamente à vacinação contra a gripe sazonal, apenas 72 colaboradores foram vacinados.

Em 2015, foram realizadas auditorias internas e visitas no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho a todas as infraestruturas da empresa, bem como uma auditoria interna mas com auditor externo, tendo em conta a identificação dos fatores de risco dos postos de trabalho e o levantamento dos riscos potenciadores de acidentes de trabalho.

Foram também desenvolvidas ações com o intuito de melhorar o sistema de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente a implementação da lavagem de fardas dos colaboradores, a melhoria contínua no serviço de medicina do trabalho, entre outras.

Em 2015, realizaram-se várias ações no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho visando a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança implementado na ALGAR, de entre as quais se destacam:

- Sensibilização, informação e formação em Segurança e Saúde do Trabalho;
- Continuação da elaboração e implementação de Medidas de Autoproteção das instalações da empresa;
- Avaliação e medição de iluminância e ruído nos vários postos de trabalho;
- Avaliação dos riscos profissionais;
- Visitas de Qualidade, Ambiente e Segurança às várias instalações;
- Auditorias internas;
- Consulta aos colaboradores sobre SHST através da realização de inquéritos;
- Reuniões com os responsáveis das instalações e com os colaboradores para discutir assuntos relacionados com a segurança e saúde do trabalho.



5. DESEMPENHO FINANCEIRO

Tendo presentes as Demonstrações Financeiras e as respetivas Notas Anexas, passamos à análise financeira e patrimonial da empresa.

5.1. Resultados

Volume de Negócios

O volume de negócios da ALGAR no exercício de 2015 foi de 18.188.893 euros, tendo-se registado um acréscimo de 11% em comparação com o ano anterior, resultante de um aumento na valorização de embalagens consequência da entrada em exploração da Unidade de Tratamento Mecânico do Aterro Sanitário do Barlavento e da Unidade de Tratamento Mecânico da CVO.

Volume de Negócios

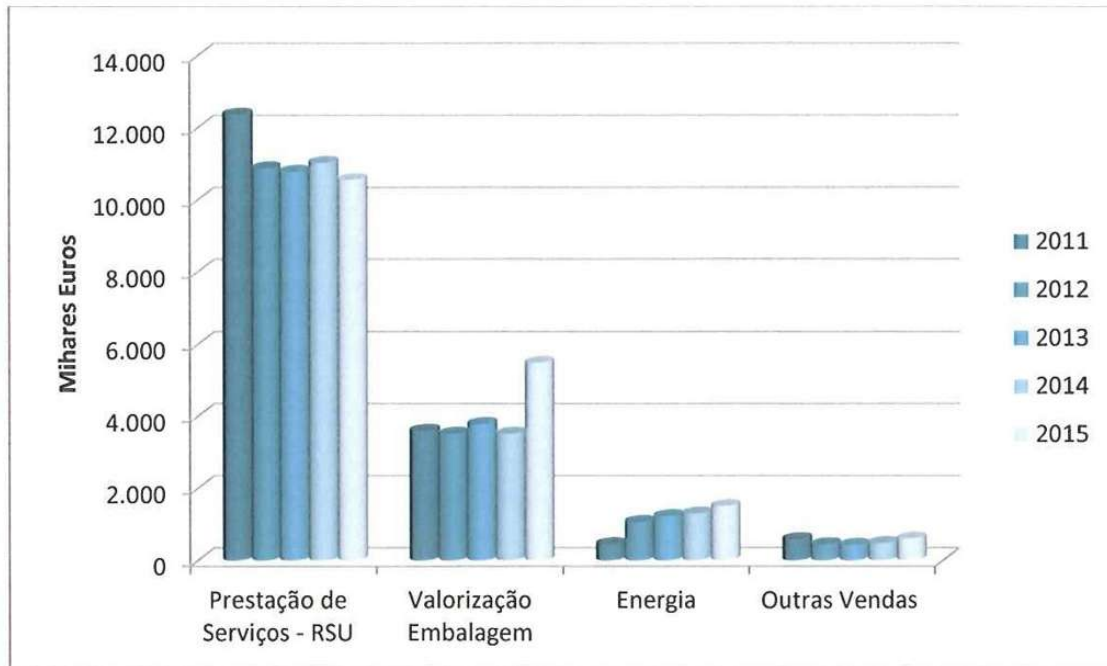
Volume de Negócios	Total Anual (€)		
	2015	2014	Variação %
Prestação de Serviços - RSU	10 568 102	11 039 695	-4%
Valorização de Embalagem	5 493 798	3 524 044	56%
Energia	1 513 128	1 305 999	16%
Outras Vendas (a)	613 865	489 292	25%
TOTAL	18 188 893	16 359 031	11%

(a) Papel/cartão não embalagem, REEE, pilhas, sucatas, pneus, plástico não embalagem e composto.

Os proveitos decorrentes do tratamento de RSU representam em 2015, 58% do volume de negócios, seguindo-se as vendas de materiais recicláveis com 30% e a venda de energia com 8%.

A seguir apresentamos um gráfico com a evolução do volume de negócios nos últimos 5 anos por área de negócio:

Evolução do Volume de Negócios

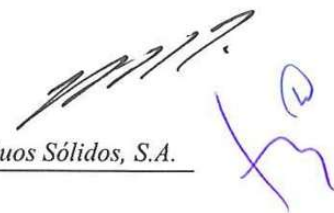


Resíduos Sólidos Urbanos

Em 2015 verificou-se uma diminuição de 4% nos proveitos resultantes da atividade de tratamento de RSU, apesar do aumento das quantidades rececionadas de resíduos, registou-se uma diminuição da tarifa de 34,40€/t para 32,72€/t (-5%).

Prestação de Serviços - RSU e Equiparados

Clientes	Toneladas			Prestação de Serviços (Euros)		
	2015	2014	Variação %	2015	2014	Variação %
Municípios	305 463	299 092	2%	9 525 046	10 120 764	-6%
Particulares	30 520	29 502	3%	1 043 055	918 931	14%
Total	335 983	328 593	2%	10 568 102	11 039 695	-4%



Recicláveis

Em 2015 o volume de vendas dos materiais recicláveis foi superior em 54% face ao verificado em 2014.

Material	Toneladas			Vendas (Euros)		
	2015	2014	Variação %	2015	2014	Variação %
Recicláveis Recolha Seletiva	31 963	26 317	21%	4 970 360	3 767 902	32%
Recicláveis TM	3 380	0	-	874 153		-
Recicláveis Outros Fluxos	3 037	2 675	14%	148 654	132 557	12%
Total	38 380	28 992	32%	5 993 168	3 900 459	54%

Recolha Seletiva: Em 2015, foram vendidas 31.963 Ton de recicláveis provenientes da recolha seletiva, que representa um proveito de 4.970.360 euros, correspondente a um acréscimo de 32% em relação ao ano anterior.

Tratamento Mecânico: Foram reencaminhadas para reciclagem 3.380 Ton provenientes do Tratamento Mecânico da CVO e do Tratamento Mecânico do Aterro Sanitário do Barlavento, correspondendo a um proveito de 874.153 euros.

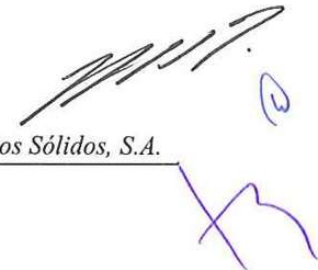
Outros Fluxos: Refere-se à venda de sucata, pneus, REEE e pilhas, que representa um proveito de 148.654 euros.

Aproveitamento Energético do Biogás

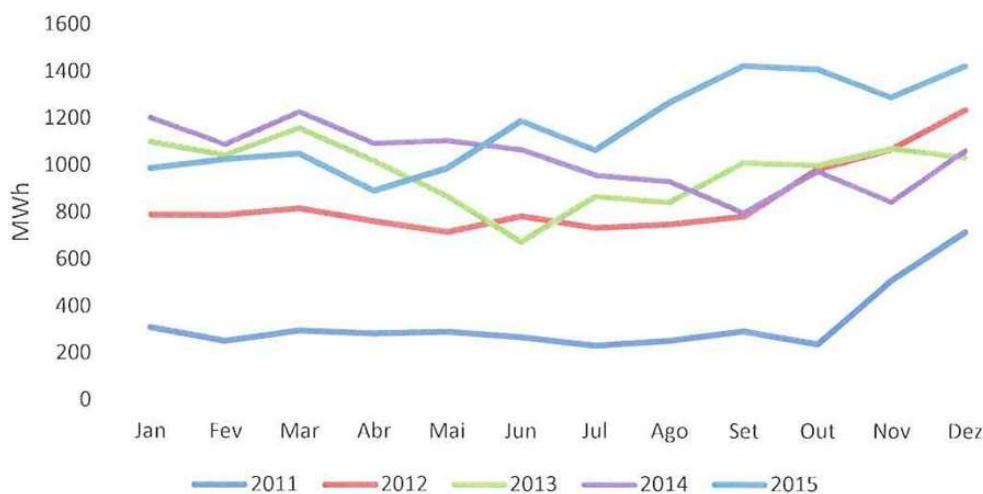
Em 2015 a venda de energia elétrica aumentou em 16%, comparativamente com o ano anterior, resultando um proveito de 1.513.128 euros, este acréscimo resulta da ampliação e otimização dos sistemas de drenagem de biogás nas células de deposição.

Venda de Energia

Material	MWh			Vendas (Euros)		
	2015	2014	Variação %	2015	2014	Variação %
Biogás - Aterro Sanitário do Barlavento	8 435	6 857	23%	941 279	746 652	26%
Biogás - Aterro Sanitário do Sotavento	5 591	5 514	1%	571 849	559 348	2%
Total	14 025	12 370	13%	1 513 128	1 305 999	16%



Venda de Energia



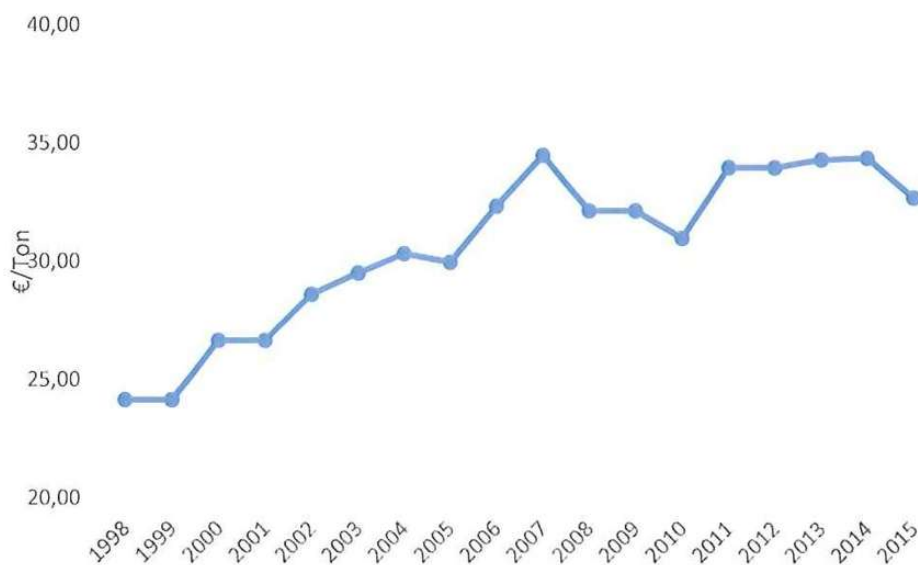
Tarifa

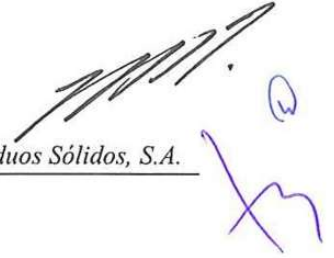
Conforme aprovado pelo Concedente a tarifa 2015 passou de 34,40€/t para 32,20€/t representando um decréscimo de 5%. O Quadro e Gráfico a seguir apresentados mostram a evolução da tarifa nos últimos anos.

Tarifa

Valor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Euros/Ton	32,36	34,51	32,17	32,17	31,00	33,99	33,99	34,33	34,40	32,72

Evolução da Tarifa





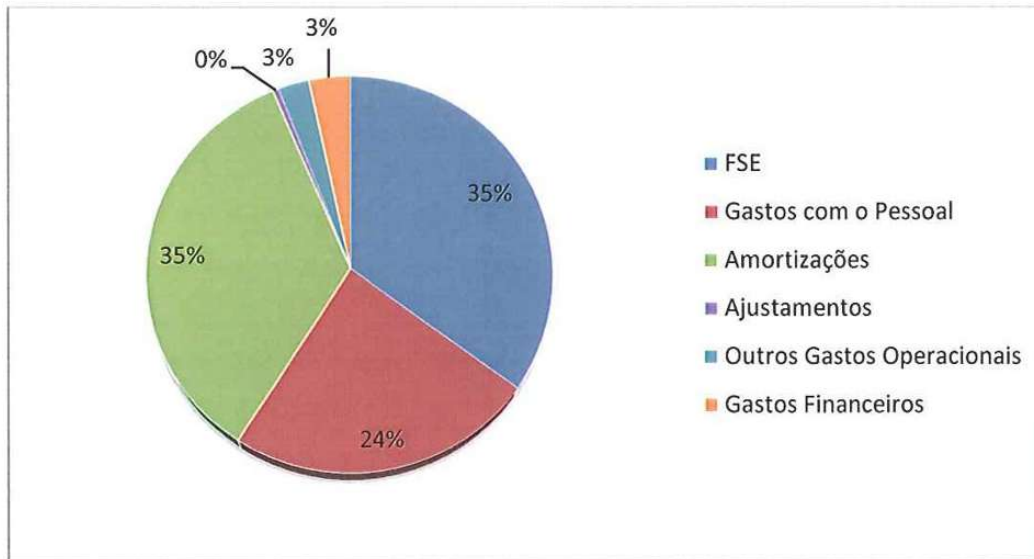
Estrutura de Gastos

Em termos globais, em 2015, os gastos foram 12% superiores ao verificado em 2014, justificado principalmente pela rubrica de FSE e Gastos Financeiros.

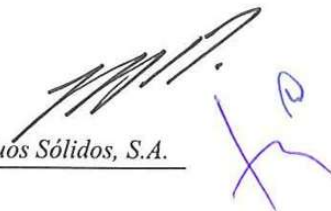
Estrutura de Gastos

Gastos	2015	2014	Variação %
FSE	6 889 738	5 785 005	19%
Gastos com o Pessoal	4 712 035	4 741 023	-1%
Amortizações	6 791 206	6 443 210	5%
Ajustamentos	96 167	0	-
Outros Gastos Operacionais	495 303	354 357	40%
Gastos Financeiros	666 735	284 780	134%
Total	19 651 185	17 608 376	12%

Estrutura de Gastos – Ano 2015



O valor das Amortizações representa o maior peso na estrutura de gastos da empresa, com 35% do total dos gastos, seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos com 35% e dos Gastos com o Pessoal com 24%.



Gastos Operacionais

Em 2015 registamos um aumento de 10% nos gastos operacionais face ao ano anterior, justificado pela rubrica de FSE, que regista um aumento de 19% face a 2014, principalmente devido ao recurso à contratação de trabalho temporário.

A ALGAR procedeu à contratação de trabalho temporário no valor de 1.051.982 euros, nomeadamente para garantir a operação das novas unidades de tratamento mecânico, recolha seletiva e reforço do serviço de triagem de embalagens.

De registar igualmente os gastos associados à prestação de serviços de recolha de resíduos recicláveis no comércio e serviços no valor de 511.766€ (Projeto Ambilinha).

Resultados Financeiros

Os gastos financeiros no montante de 666.735 euros dizem respeito aos juros suportados de empréstimos bancários e comissões bancárias, nomeadamente, do empréstimo contraído junto do BEI.

Os rendimentos financeiros no montante de 422.460 euros referem-se aos juros obtidos de depósitos a prazo, juros do Fundo de Reconstituição de Capital e juros de mora cobrados aos clientes com dívidas em atraso.

O resultado financeiro corresponde a -244.275 euros.

Resultados

O Resultado Líquido da ALGAR em 2015 foi de 322.400 euros, que corresponde a um aumento de 22% face ao ano anterior, mas abaixo do orçamentado para o ano.

Resultados

Resultados	2015	2014	Variação %
Operacionais	982 291	628 522	56%
Financeiros	-244 275	329 567	-174%
Antes de Impostos	738 015	958 089	-23%
Resultados Líquidos	322 400	263 973	22%

5.2. Investimento

O investimento global em 31 de dezembro de 2015 é de 144.695.497 euros, sendo o aumento registado durante o ano 2015 de 5.529.966 euros, conforme indicado no quadro abaixo.

Investimento Realizado

Designação	31.12.2014	Aumentos	Transferências	Reclassificação	31.12.2015
Ativos Intangíveis	121 915 992	2 712 982	11 981 588	7 458 722	144 069 284
Ativos em Curso	5 267 951	2 816 984	0	-7 458 722	626 212
Total	127 183 943	5 529 966	11 981 588	0	144 695 497

De referir que o valor de 11.981.588€ nas transferências, corresponde ao valor residual repostado referente principalmente à Central de Valorização Orgânica.

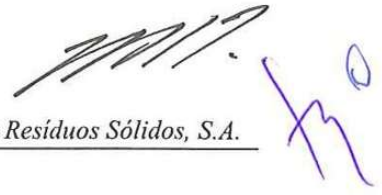
Dos investimentos realizados em 2015, destacamos os seguintes:

- Conclusão da Unidade de Tratamento Mecânico do Aterro Sanitário do Barlavento (TM ASB);
- Construção da Central Fotovoltaica para a produção de energia para autoconsumo da Estação de Transferência de Faro/Loulé/Olhão (ET FLO);
- Construção do pavilhão oficial da ET FLO;
- Sistema de trituração de plásticos;
- Reabilitação pavimentos vias internas da ET FLO;
- Aquisição de ecopontos;
- Aquisição de viaturas pesadas de transferência de resíduos e de recolha seletiva.

Subsídios ao Investimento

Em 2015 foi recebido o saldo final no valor de 1.490.333 euros referente ao projeto FC 2004/PT/116/C/PE/017 – Valorização Orgânica de Resíduos Urbanos Biodegradáveis do Sistema Multimunicipal do Algarve.

A 31 de dezembro de 2015, a ALGAR tem as seguintes operações em curso no âmbito do Fundo de Coesão e Feder. No entanto, os investimentos já foram concluídos e apresentados os respetivos relatórios finais.



Projeto	Subsídio total	Subsídio Recebido	Subsídio a Receber
POVT-12-0660-FCOES-000008 – Otimização das Estações de Triagem do Barlavento e Sotavento	269 207	230 811	38 396
POVT-12-0659-FCOES-000018 – Sistema de Aproveitamento Energético Biogás da CVO	576 990	571 207	5 783
POVT-12-0659-FCOES-000019 – Unidade de Tratamento Mecânico de Resíduos Sólidos no ASB	1 372 053	1 385 787	-13 734
ALG-02-0965-FEDER-000054 - Produção de energia elétrica Fotovoltaica da ALGAR	139 005	132 293	6 712
Total	2 357 255	2 320 098	37 157

5.3. Balanço

Estrutura de Balanço

A ALGAR tem uma estrutura de capitais equilibrada em termos de Fundo de Maneiro, uma vez que o passivo corrente representa apenas 52% do ativo corrente, isto é, as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano (fornecedores, estado, empréstimos de curto prazo) representam apenas 52% do conjunto de contas do ativo com bastante liquidez, que se antecipa serem convertidas em dinheiro num prazo menor que um ano (clientes, existências, caixa e depósitos bancários).

Balanço	2015	2014
Ativos Não Correntes	63 750 161	73 086 729
Ativos Correntes	17 182 192	12 244 782
Capital Próprio	22 441 778	19 998 309
Passivos Não Correntes	49 603 200	58 199 922
Passivos Correntes	8 887 375	7 133 281

Recebimento de Clientes

No final de 2015 a dívida total dos clientes atingiu um montante de 5.752.548 euros, representando um aumento de 28% face ao período homólogo, deste montante, 2.697.187 euros encontravam-se vencidos, o que corresponde a mais 20% em comparação com ano anterior. Contudo, verificamos uma redução da dívida total dos Municípios em 12%, enquanto registamos um aumento de 198% da dívida dos clientes Particulares fruto do aumento das vendas dos materiais recicláveis.

	2015	2014	Variação	Variação %
Dívida Vencida Municípios	1 986 012	2 055 012	-69 000	-3%
Dívida Vencida Particulares	711 174	191 934	519 241	271%
Dívida Vencida Bruta de Clientes	2 697 187	2 246 946	450 241	20%
Dívida Total Municípios	3 198 562	3 643 915	-445 353	-12%
Dívida Total Particulares	2 553 987	857 539	1 696 447	198%
Dívida Total Bruta de Clientes	5 752 548	4 501 454	1 251 094	28%

De acordo com o estabelecido no Contrato de Entrega e Receção, a ALGAR tem vindo a faturar juros de mora sobre os montantes em atraso, à taxa legal.

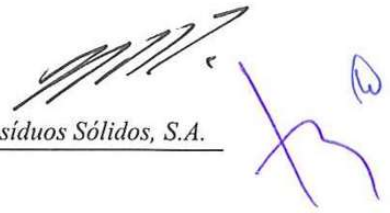
O valor da dívida a 31 de dezembro de 2015 por Município encontra-se na nota 8, nas notas às demonstrações financeiras.

O Prazo Médio de Recebimento (PMR) em 2015 é de cerca de 3 meses, enquanto, em 2014 foi de 4 meses.

Endividamento

O endividamento da ALGAR atingiu em 2015 o valor de 20.041.678 euros, dos quais 16.320.865 euros são de médio e longo prazo, decorrente de um empréstimo do BEI, correspondendo a uma redução do endividamento de 10% face ao ano anterior.

	2015	2014	Variação	Variação %
Empréstimos MLP	16 320 865	18 678 666	-2 357 801	-13%
Empréstimos CP	3 720 813	3 473 126	247 687	7%
Total	20 041 678	22 151 792	-2 110 114	-10%

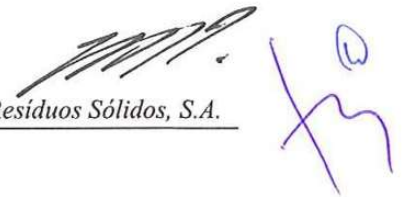


6. PERSPETIVAS PARA 2016

Para 2016 a ALGAR continuará a assegurar o cumprimento do seu objeto social, com a consciência que a prestação do seu serviço é de fundamental relevância para o desenvolvimento da qualidade de vida da população e dos visitantes da região do algarve, assim como, a preservação do meio ambiente.

A empresa perspetiva novos desafios que irão contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população, destacando-se em particular:

- a) Arranque do Tratamento Biológico da Central de Valorização Orgânica, com uma capacidade de 20.000 toneladas/ano de RUB, contribuindo para o cumprimento das metas comunitárias e da diretiva aterros, posicionando assim o sistema multimunicipal da ALGAR e a região, ao nível da aplicação das melhores práticas disponíveis para este fluxo de resíduos.
- b) Arranque do Aproveitamento Energético do biogás da Central de Valorização Orgânica, que permitirá o aumento da energia renovável produzida pela empresa;
- c) Construção da célula C do Aterro Sanitário do Sotavento;
- d) Substituição dos compactadores estacionários da ETFLO;
- e) Ampliação e Automatização do Tratamento Mecânico e Tratamento Biológico da Central de Valorização Orgânica de São Brás de Alportel;
- f) Construção da Unidade de Tratamento Biológico e ampliação da zona de receção da UTM de RSU do Aterro Sanitário do Barlavento;
- g) Ampliação da zona de receção de resíduos de embalagens da Unidade de Triagem do Sotavento;
- h) Construção da Unidade de Tratamento Mecânico Simples e Unidade de Tratamento Biológico do Aterro Sanitário do Sotavento;
- i) Aquisição de equipamentos de deposição para a recolha seletiva multimaterial;
- j) Aquisição de viaturas para a expansão da frota de recolha seletiva;
- k) Instalação de telheiro de armazenamento de materiais acabados na ETFLO;
- l) Construção da nova zona de encaixe da célula A do Aterro Sanitário do Sotavento,
- m) Desenvolvimento de ações e campanhas no âmbito da sensibilização e educação ambiental, dirigidas à população em geral, pequeno comércio e serviços, promovendo a motivação e a adoção de comportamentos ambientais amigos que zelem pela preservação e proteção do Ambiente.



7. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existem factos relevantes após o termo do exercício.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deseja o Conselho de Administração da ALGAR, S.A. expressar o seu profundo reconhecimento:

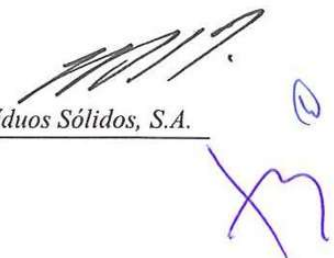
- Ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Agência Portuguesa do Ambiente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos pelo empenho e colaboração prestados;
- Aos Municípios Acionistas pela sua colaboração indispensável na prossecução dos objetivos da empresa;
- À AMAL pela ajuda na implementação dos objetivos e projetos realizados;
- À EGF – Empresa Geral do Fomento, SA pela colaboração prestada e apoio na orientação estratégica da sociedade;
- Ao Revisor Oficial de Contas e ao Conselho Fiscal, pela forma como têm acompanhado a atividade da empresa;
- A todos os colaboradores e quadros da empresa, pela dedicação e empenho sempre demonstrados.



9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2015, no valor de 322.400,22 euros, tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados	Euros
- Reserva Legal	16 120,01
- Distribuição de Dividendos	257 920,18
- Resultados Transitados	48 360,03
TOTAL	322 400,22



10. ANEXO AO RELATÓRIO

A 31 de dezembro de 2015, o Capital Social da ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Accionistas	% da Participação	Nº Ações	Valor da Participação (€)
Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	840 000	4 200 000
Município de Albufeira	5,66%	84 900	424 500
Município de Alcoutim	0,23%	3 383	16 915
Município de Aljezur	0,44%	6 540	32 700
Município de Castro Marim	0,56%	8 415	42 075
Município de Faro	6,42%	96 240	481 200
Município de Lagoa	2,68%	40 148	200 740
Município de Lagos	3,38%	50 662	253 310
Município de Loulé	5,83%	87 405	437 025
Município de Monchique	0,38%	5 670	28 350
Município de Olhão	4,49%	67 275	336 375
Município de Portimão	5,52%	82 867	414 335
Município de S. Brás de Alportel	0,57%	8 483	42 415
Município de Silves	3,09%	46 320	231 600
Município de Tavira	2,13%	31 935	159 675
Município de Vila do Bispo	0,68%	10 230	51 150
Município de Vila Real St.António	1,97%	29 527	147 635
Total	100%	1 500 000	7 500 000

Almancil, 26 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração



Tomás Joaquim de Oliveira Serra – Presidente



Luis Fernando Adrada Guajardo – Vogal



Vítor Manuel Martins Guerreiro - Vogal

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2015	2014 (reexpresso)
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	6	55.135.669	50.370.415
Outros ativos financeiros	4	51	5.414.034
Outras contas a receber	9	-	7.520.990
Clientes	8	-	192.803
Ativos por impostos diferidos	11	8.614.441	9.588.487
Total do ativo não corrente		<u>63.750.161</u>	<u>73.086.729</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	8	5.752.548	4.308.650
Inventários	7	133.312	314.985
Estado e outros entes públicos	12	385.226	240.684
Outras contas a receber	9	645.580	1.888.707
Diferimentos	10	359.269	336.757
Outros ativos financeiros		3.012	4.084
Caixa e depósitos bancários	4	9.903.245	5.150.915
Total do ativo corrente		<u>17.182.192</u>	<u>12.244.782</u>
Total do ativo		<u>80.932.353</u>	<u>85.331.511</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	7.500.000	7.500.000
Reserva legal	13	706.444	693.080
Outras reservas	13	1.681.838	1.681.838
Resultados transitados	13	1.382.700	1.395.909
Outras variações no capital próprio	13	10.848.396	8.463.509
Resultado líquido do exercício		322.400	263.973
Total do capital próprio		<u>22.441.778</u>	<u>19.998.309</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	14	252.355	252.355
Financiamentos obtidos	16	16.320.865	18.678.666
Passivos por impostos diferidos	11	7.051.799	7.483.029
Subsídios ao investimento	15	4.227.519	4.932.105
Fornecedores	18	448.388	516.223
Outras contas a pagar	19	21.302.274	26.337.544
Total do passivo não corrente		<u>49.603.200</u>	<u>58.199.922</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	2.512.004	1.204.078
Estado e outros entes públicos	12	1.251.998	1.326.783
Financiamentos obtidos	16	3.720.813	3.473.126
Outras contas a pagar	19	1.402.560	1.129.293
Total do passivo corrente		<u>8.887.375</u>	<u>7.133.281</u>
Total do passivo		<u>58.490.575</u>	<u>65.333.203</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>80.932.353</u>	<u>85.331.511</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla F. F. F.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

ALGAR - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	21	17.269.069	15.091.035
Variação nos inventários da produção	7	(176.660)	67.847
Fornecimentos e serviços externos	22	(6.889.738)	(5.785.005)
Gastos com o pessoal	23	(4.712.035)	(4.741.023)
Imparidade de dívidas a receber	8	(96.167)	362
Outros rendimentos e ganhos	24	699.228	650.105
Outros gastos e perdas	25	(495.303)	(354.357)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.598.394	4.928.964
Gastos de amortização	26	(6.791.206)	(6.443.210)
Subsídio ao investimento	13 e 15	2.175.103	2.142.768
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		982.291	628.522
Juros e rendimentos similares obtidos	27	422.460	614.347
Juros e gastos similares suportados	27	(666.735)	(284.780)
Resultado antes de impostos		738.015	958.089
Imposto sobre o rendimento do exercício	11	(415.615)	(694.116)
Resultado líquido do exercício		322.400	263.973
Resultado por ação	30	0,21	0,18

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Tripe

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Toni José da Silva

Amândio

Vitor Gonçalves

ALGAR - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2014		7.500.000	664.383	1.541.483	1.537.725	-	573.932	11.817.523
Ajustamentos de transição para NCRF	2	-	-	-	(282.171)	11.196.717	-	10.914.546
Saldo em 1 de janeiro de 2014 (reexpresso)		7.500.000	664.383	1.541.483	1.255.554	11.196.717	573.932	22.732.069
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	13	-	28.697	140.355	404.880	-	(573.932)	-
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	(264.526)	-	-	(264.526)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	13	-	-	-	-	-	263.973	263.973
Subsídios ao investimento obtidos no exercício	13	-	-	-	-	1.242.904	-	1.242.904
Subsídios ao investimento reconhecidos no exercício	13	-	-	-	-	(1.438.181)	-	(1.438.181)
Constituição de subsídio afeto ao valor residual de investimentos	13	-	-	-	-	(3.849.160)	-	(3.849.160)
Impostos diferidos para subsídios ao investimento	11	-	-	-	-	1.311.229	-	1.311.229
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)		7.500.000	693.080	1.681.838	1.395.908	8.463.509	263.973	19.998.309
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	13	-	13.364	-	250.609	-	(263.973)	-
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	(263.817)	-	-	(263.817)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	13	-	-	-	-	-	322.400	322.400
Subsídios ao investimento obtidos no exercício	13	-	-	-	-	202.998	-	202.998
Subsídios ao investimento reconhecidos no exercício	13	-	-	-	-	(1.470.516)	-	(1.470.516)
Reversão de subsídio afeto ao valor residual de investimentos	13	-	-	-	-	4.146.398	-	4.146.398
Impostos diferidos para subsídios ao investimento	11	-	-	-	-	(493.993)	-	(493.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		7.500.000	706.444	1.681.838	1.382.700	10.848.396	322.400	22.441.779

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carrofiupe

Toni José Almeida

[Assinatura]

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		20.487.914	25.042.314
Pagamentos a fornecedores		(8.052.393)	(7.881.494)
Pagamentos ao pessoal		(2.875.639)	(2.850.439)
Caixa gerada pelas operações		9.559.882	14.310.381
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(311.195)	(1.100.431)
Outros pagamentos		(3.193.790)	(3.175.250)
Fluxos das actividades operacionais (1)		6.054.897	10.034.700
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(5.957.798)	(5.840.367)
Outros ativos		-	(320.310)
		(5.957.798)	(6.160.677)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos intangíveis		124.367	-
Subsídios ao investimento		1.700.353	2.110.078
Juros e rendimentos similares		98.172	231.592
		1.922.892	2.341.670
Fluxos das actividades de investimento (2)		(4.034.906)	(3.819.007)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3.694.551)	(8.409.244)
Outros encargos com financiamentos		-	-
Juros e gastos similares		(331.396)	(531.361)
Dividendos		(252.148)	(239.502)
		(4.278.095)	(9.180.107)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.596.400	-
		1.596.400	-
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(2.681.695)	(9.180.107)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(661.704)	(2.964.414)
Reclassificação do fundo de reconstituição de capital	4	5.414.034	-
Constituição de depósitos bancários cativos	4	(1.780.707)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	5.150.915	8.115.329
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	8.122.538	5.150.915

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Atipe

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Toni Jovani da Silva

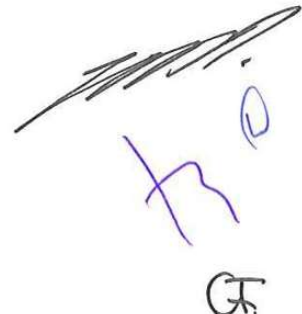
Luís

Tito

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("ALGAR" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, constituída em 1995 pelo Decreto-Lei nº 109/95 de 20 de maio, com sede social em Barros de São da Venda, em Almancil, e tem como objeto social exclusivo, em regime de concessão de serviço público, a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva de resíduos urbanos, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da região do Algarve, integrando como utilizadores originários os municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo privatizou a Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF"), que anteriormente permanecia como uma sub-holding do Grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos. A alienação do capital social da EGF à Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento", empresa detida maioritariamente pelo Grupo Mota-Engil) teve como consequência a alteração do enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, nas quais se inclui a ALGAR e das quais a EGF é acionista maioritária. Neste quadro, o Governo reviu o regime jurídico aplicável à atuação das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos.

Desta forma, através do Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram aprovadas as bases da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados. Foi também aprovado através deste decreto o regime regulatório transitório a vigorar em 2015, bem como um novo regime regulatório a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016. Adicionalmente, decorrente destas alterações, o contrato de concessão da Empresa foi objeto de reconfiguração contratual, com vista à adaptação do seu conteúdo às novas bases da concessão. Assim são de destacar:

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, vigorou um regime regulatório transitório. As tarifas que foram aplicadas pelas concessionárias, foram as aprovadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos ("ERSAR" ou "Regulador"), sendo que, de modo a privilegiar a estabilidade tarifária, o Regulador aprovou uma tarifa média, entre a apurada pelas regras existentes no regime anterior, até à data da produção de efeitos do Decreto-Lei 96/2014, e a que resultaria das tarifas em vigor em 2014, atualizada de acordo com o índice de preços, após a data de produção de efeitos do Decreto-Lei 96/2014.
- Foi definido um novo regime remuneratório a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016, o qual estabelece novas regras para a definição dos proveitos permitidos, assentando numa lógica de "Revenue Cap", permitindo às concessionárias recuperarem os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos que venham a integrar a Base de Ativos Regulados ("BAR").
- Os bens afetos à concessão (BAR) foram redefinidos, bem como as suas vidas úteis, sendo que, no fim da concessão, os existentes, irão reverter para o concedente pelo seu valor líquido contabilístico.
- Em 2016, tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Empresa deverá aferir a existência de um "saldo", correspondendo este aos montantes dos acréscimos de gastos referente a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar (originadas nos termos do enquadramento contratual e contabilístico anteriores), deduzido do montante de imposto diferido que lhe está associado e do valor líquido contabilístico de amortização e subsídios do conjunto de bens e ativos que não venham a integrar a BAR para efeito de apuramento dos proveitos permitidos. Caso esse "saldo" seja positivo, gerar-se-á uma responsabilidade denominada "Passivo Regulatório", sendo negativo, estaremos perante um "Ativo Regulatório", ou "Direito Contratual". Subsequentemente, quando seja

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

estimada uma variação anual de tarifas superior a 2%, aos proveitos anualmente permitidos à Empresa, o excedente àquele valor pode ser deduzido ao Passivo regulatório, quando este exista. No final do contrato de concessão, caso ainda exista Passivo regulatório, o correspondente montante será deduzido, ao valor residual dos ativos que integram a BAR ao qual nesse momento a concessionária terá direito. Caso se venha a apurar um “Direito Contratual”, o mesmo será amortizado ao longo do período da concessão.

- O período de concessão foi estendido até 2034.

Em virtude de no exercício de 2015 vigorar um período transitório, onde a forma de remuneração da concessão, o modo como os ativos geram benefícios, assim como as responsabilidades da Empresa para com o concedente, não se alteraram significativamente face aos exercícios anteriores, as alterações regulatórias acima referidas, não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015. À data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se em aprovação pela ERSAR, a base de ativos regulados, o plano de investimento da Empresa, assim como a definição da tarifa a aplicar no período regulatório iniciado em 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Adicionalmente, estas demonstrações financeiras serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da EGF.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenhos financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF” ou “SNC”.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, adotadas pela União Europeia (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços (“IFRIC 12”).

2.2. Adoção pela primeira vez das NCRF

Até 31 de dezembro de 2014, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com as disposições das IFRS.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Em 2015, a Empresa passou a adotar as NCRF, pelo que o balanço em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo naquela data, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2014 foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e registados na rubrica "Resultados transitados" e estão, essencialmente relacionados com o registo dos subsídios do Governo não reembolsáveis, com o registo de determinadas responsabilidades e com a apresentação de determinados ativos, passivos, gastos e rendimentos.

A reconciliação do capital próprio em 1 de janeiro de 2014 (data de transição) e em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

Rubrica	01-01-2014	31-12-2014
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	11.817.523	11.820.277
Reclassificação dos subsídios ao investimento, líquida de passivos por impostos diferidos (a)	11.196.717	8.463.509
Provisão para risco e encargos	(252.355)	(252.355)
Outros	(29.816)	(33.122)
Ajustamento total ao capital próprio	<u>10.914.546</u>	<u>8.178.032</u>
Capital próprio de acordo com as NCRF	<u>22.732.069</u>	<u>19.998.309</u>

(a) Reclassificação de passivo para capital próprio de subsídios obtidos do Governo para investimentos não reembolsáveis, líquido dos impostos diferidos passivos associados.

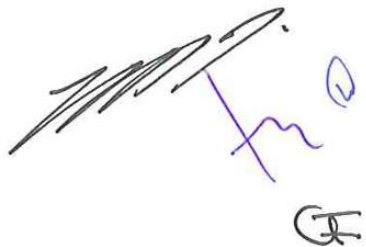
ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Os efeitos, no balanço em 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

ATIVO	01-01-2014		
	IFRS	Ajustamentos / reclassificações de conversão para NCRF	NCRF
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	68.513.692	-	68.513.692
Outros ativos financeiros	5.093.724	-	5.093.724
Outras contas a receber	2.531.714	-	2.531.714
Ativos por impostos diferidos	10.539.018	-	10.539.018
Total do ativo não corrente	86.678.148	-	86.678.148
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8.032.463	-	8.032.463
Inventários	388.693	(178.727)	209.966
Estado e outros entes públicos	47.061	-	47.061
Adiantamentos a fornecedores	369.970	-	369.970
Outras contas a receber	2.917.745	-	2.917.745
Diferimentos	346.330	(21.715)	324.615
Outros ativos financeiros	4.394	-	4.394
Caixa e depósitos bancários	8.115.329	-	8.115.329
Total do ativo corrente	20.221.985	(200.442)	20.021.543
Total do ativo	106.900.133	(200.442)	106.699.691
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	7.500.000	-	7.500.000
Reserva legal	664.383	-	664.383
Outras reservas	1.541.483	-	1.541.483
Resultados transitados	1.537.725	(282.171)	1.255.554
Outras variações no capital próprio	-	11.196.717	11.196.717
Resultado líquido do exercício	573.932	-	573.932
Total do capital próprio	11.817.523	10.914.546	22.732.069
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	-	252.355	252.355
Financiamentos obtidos	22.100.000	(13.260)	22.086.740
Passivos por impostos diferidos	5.913.971	4.057.666	9.971.637
Subsídios ao investimento	20.891.075	(15.254.383)	5.636.692
Fornecedores	388.360	-	388.360
Outras contas a pagar	31.716.792	-	31.716.792
Total do passivo não corrente	81.010.198	(10.957.622)	70.052.576
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	3.036.093	-	3.036.093
Estado e outros entes públicos	1.386.831	-	1.386.831
Financiamentos obtidos	8.465.991	(5.080)	8.460.911
Outras contas a pagar	1.183.496	(152.286)	1.031.210
Total do passivo corrente	14.072.412	(157.366)	13.915.046
Total do passivo	95.082.610	(11.114.988)	83.967.621
Total do capital próprio e do passivo	106.900.133	(200.442)	106.699.691



ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.
 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em Euros)

ATIVO	31-12-2014		
	IFRS	Ajustamentos / reclassificações de conversão para NCRF	NCRF
ATIVO NÃO CORRENTE:	50.370.415	-	50.370.415
Ativos intangíveis	5.414.034	-	5.414.034
Outros ativos financeiros	192.803	-	192.803
Clientes	7.520.990	-	7.520.990
Outras contas a receber	9.588.487	-	9.588.487
Ativos por impostos diferidos	73.086.729	-	73.086.729
Total do ativo não corrente			
ATIVO CORRENTE:	4.308.650	-	4.308.650
Clientes	489.090	(174.105)	314.985
Inventários	240.684	-	240.684
Estado e outros entes públicos	1.888.707	-	1.888.707
Outras contas a receber	342.867	(6.110)	336.757
Diferimentos	4.084	-	4.084
Outros ativos financeiros	5.150.915	-	5.150.915
Caixa e depósitos bancários	12.424.997	(180.215)	12.244.782
Total do ativo corrente	85.511.726	(180.215)	85.331.511
Total do ativo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:	7.500.000	-	7.500.000
Capital realizado	693.080	-	693.080
Reserva legal	1.681.838	-	1.681.838
Outras reservas	1.678.080	(282.171)	1.395.909
Resultados transitados	-	8.463.509	8.463.509
Outras variações no capital próprio	267.280	(3.307)	263.973
Resultado líquido do exercício	11.820.278	8.178.031	19.998.309
Total do capital próprio			
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:	-	252.355	252.355
Provisões	18.700.000	(21.334)	18.678.666
Financiamentos obtidos	4.736.592	2.746.437	7.483.029
Passivos por impostos diferidos	16.142.051	(11.209.946)	4.932.105
Subsídios ao investimento	516.223	-	516.223
Fornecedores	26.337.544	-	26.337.544
Outras contas a pagar	66.432.410	(8.232.488)	58.199.922
Total do passivo não corrente			
PASSIVO CORRENTE:	1.204.078	-	1.204.078
Fornecedores	1.326.783	-	1.326.783
Estado e outros entes públicos	3.477.005	(3.879)	3.473.126
Financiamentos obtidos	1.251.172	(121.879)	1.129.293
Outras contas a pagar	7.259.038	(125.758)	7.133.280
Total do passivo corrente	73.691.448	(8.358.246)	65.333.202
Total do passivo	85.511.726	(180.215)	85.331.511
Total do capital próprio e do passivo			

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente, a reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com as IFRS e as NCRF é como segue:

	<u>31-12-2014</u>
De acordo com as IFRS	267.280
Inventários	<u>(3.307)</u>
Efeito total	<u>(3.307)</u>
De acordo com as NCRF	<u><u>263.973</u></u>

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é detalhado como se segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014		
	IFRS	Ajustamentos / reclassificações de conversão para NCRF	NCRF
Vendas e serviços prestados (Nota 21)	16.359.031	(1.267.996)	15.091.035
Variação nos inventários da produção	67.847	-	67.847
Custo das mercadorias vendidas e das materiais consumidos	(1.818.504)	1.818.504	-
Fornecimentos e serviços externos	(3.963.194)	(1.821.811)	(5.785.005)
Gastos com o pessoal	(4.741.023)	-	(4.741.023)
Imparidade de dívidas a receber	362	-	362
Outros rendimentos e ganhos	429.408	220.697	650.105
Outros gastos e perdas	(354.357)	-	(354.357)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	<u>5.979.570</u>	<u>(1.050.606)</u>	<u>4.928.964</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(7.711.206)	1.267.996	(6.443.210)
Subsídios ao investimento	2.142.768	-	2.142.768
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	<u>411.132</u>	<u>217.390</u>	<u>628.522</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	835.044	(220.697)	614.347
Juros e gastos similares suportados	(284.780)	-	(284.780)
Resultado antes de impostos	<u>961.396</u>	<u>(3.307)</u>	<u>958.089</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(694.116)	-	(694.116)
Resultado líquido do exercício	<u>267.280</u>	<u>(3.307)</u>	<u>263.973</u>

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas são apresentadas a seguir.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou construção deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Ativos da concessão – IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Os ativos adquiridos/construídos pela Empresa, ao abrigo do contrato de concessão (Nota 32), são ativos afetos à concessão.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão da Empresa encontra-se abrangidas no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- a Empresa possui um contrato de concessão de serviço público celebrado com o Estado Português ("Concedente") e por um período pré-definido;
- A Empresa efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas, conforme definido em detalhe na Nota 32;
- o concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador ERSAR;
- os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o concedente no final do contrato de concessão.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente.

Deste modo e atendendo à tipologia da concessão da Empresa, nomeadamente no que se refere ao enquadramento legal que regula a sua concessão, foi entendido que o modelo que melhor se adequa à sua realidade é o modelo do ativo intangível (a Empresa recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura), em virtude, essencialmente, da Empresa assumir o risco de existirem alterações no modelo de remuneração (tarifário), o qual é imposto pelo regulador, a ERSAR, assumindo simultaneamente os riscos operacionais, os riscos de investimento e de financiamento da concessão.

Atendendo ao enquadramento acima descrito, os ativos afetos à concessão (ativos intangíveis) encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, foi tido em consideração o método que melhor reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Empresa, o que atendendo à tipologia do modelo remuneratório em vigor até 31 de dezembro de 2015, corresponde à sua amortização em função da taxa de amortização dos ativos durante o período de concessão estabelecido contratualmente, por ser esta a base do seu rendimento anual. Ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao regulamento tarifário. Importa ainda referir que, o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão consiste na possibilidade da Empresa cobrar tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas.

Os ativos em curso refletem os ativos da concessão ainda em fase de construção encontrando-se registados pelo custo de construção deduzidos de eventuais perdas de imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projetos de investimento estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4. Subsídios ao investimento

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

Os subsídios de Governo não reembolsáveis, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, juntamente com os respetivos passivos por impostos diferidos, numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são registados no passivo e são reconhecidos numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma contínua e proporcional com as amortizações dos ativos cuja aquisição se destinam.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

3.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários com vencimento inferior a três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis ou com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é refletida em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controlo dos ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos.

O rédito proveniente da venda de energia e produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Os impostos correntes sobre o rendimento são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.10. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os subprodutos, produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao seu custo de produção.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo/produção é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários é registada na demonstração dos resultados.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.13. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Registo de impostos diferidos;
- Registo de provisões.

3.14. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os componentes da rubrica de caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	956	1.900
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.621.582	849.015
Outros depósitos bancários	<u>5.500.000</u>	<u>4.300.000</u>
Caixa e equivalentes	8.122.538	5.150.915
Outros depósitos bancários	1.780.707	-
Caixa e depósitos bancários	<u>9.903.245</u>	<u>5.150.915</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros depósitos bancários inclui o montante de 1.780.707 Euros, que não se encontra disponível para uso da Empresa, em resultado da contragarantia prestada a diversas instituições de crédito sob a forma de um depósito bancário cativo, para garantir o total e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento ("BEI") (Nota 16). Este apenas será mobilizado para reembolsar capital e/ou pagar juros e outras despesas bancárias ao abrigo deste contrato de financiamento. O montante deste depósito, deverá apresentar um saldo mínimo não inferior à soma de capital, juros e outros encargos bancários a pagar pela Empresa ao BEI nos 6 meses seguintes de acordo com o plano de pagamento definidos no contrato.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica Outros ativos financeiros inclui o montante de 5.414.034 Euros, relativo a um fundo de reconstituição de capital, constituído em exercícios anteriores, sob a forma de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – I.G.C.P., E.P.E., decorrente de obrigações constantes do contrato de concessão em vigor até 30 de setembro de 2015, data de assinatura da reconfiguração do contrato de concessão. O novo contrato de concessão reconfigurado não prevê a existência deste mecanismo de retenção de capitais, podendo a Empresa dispor na sua atividade dos valores acumulados anteriormente no fundo de reconstituição de capital, preferencialmente, ou sempre que exista dívida bancária, afetar os mesmos à sua amortização, pelo que este montante em 31 de dezembro de 2015 foi classificado na rubrica de "Caixa e depósitos bancários".

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adoção do normativo NCRF, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram reexpressas, tendo-se procedido a ajustamentos de transposição de normativos contabilísticos (Nota 2).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Direitos de utilização de infraestruturas	
	2015	2014
<u>Ativo bruto:</u>		
Saldo inicial	127.183.943	132.236.765
Adições	5.529.966	5.333.396
Outros movimentos	11.981.588	(10.386.218)
Saldo final	<u>144.695.497</u>	<u>127.183.943</u>
<u>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</u>		
Saldo inicial	(76.813.528)	(63.723.073)
Amortizações do exercício	(6.791.207)	(6.443.210)
Outros movimentos (Nota 19)	(5.955.094)	(6.647.245)
Saldo final	<u>(89.559.828)</u>	<u>(76.813.528)</u>
<u>Valor líquido</u>	<u>55.135.668</u>	<u>50.370.415</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

O Direito de Utilização de Infraestruturas inclui diversas classes de investimentos, conforme segue:

		2015								
		Propriedade industrial e outros direitos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos intangíveis	Investimentos em curso	Total
Ativo bruto										
Saldo em 1 de janeiro de 2015		315.419	2.912.075	55.203.053	51.147.474	8.715.742	2.183.793	1.438.437	5.287.951	127.183.943
Adições		-	9.564	168.292	710.826	1.679.284	111.355	33.660	2.816.684	5.520.966
Transferências		-	-	2.956.507	4.271.417	6.599	218.561	5.637	(7.458.722)	-
Outros movimentos (Nota 9)		-	311.197	7.111.606	4.558.765	-	-	-	-	11.981.568
Saldo em 31 de dezembro de 2015		315.419	3.232.836	65.439.458	60.688.502	10.401.625	2.513.710	1.477.734	626.212	144.695.497
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 1 de janeiro de 2015		(156.605)	(1.766.818)	(35.663.224)	(31.893.015)	(5.133.894)	(1.274.040)	(905.932)	-	(76.813.528)
Amortizações do exercício		(22.655)	(161.145)	(2.905.636)	(2.598.725)	(581.610)	(143.647)	(77.702)	-	(6.791.207)
Outras transferências (Nota 19)		-	(6.768)	(1.955.646)	(2.534.169)	(1.196.461)	(234.142)	(27.639)	-	(5.955.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(179.260)	(1.934.731)	(40.524.506)	(37.025.910)	(6.911.965)	(1.651.827)	(1.011.523)	-	(69.559.828)
Valor líquido		136.159	1.298.105	24.914.952	23.662.592	3.489.660	861.883	466.211	626.212	55.135.669

		2014								
		Propriedade industrial e outros direitos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos intangíveis	Investimentos em curso	Total
Ativo bruto										
Saldo em 1 de janeiro de 2014		315.419	2.569.966	49.008.735	45.370.727	8.369.743	2.115.877	1.055.317	23.411.161	132.236.765
Adições		-	17.210	72.693	209.362	325.999	53.983	13.362	4.640.787	5.333.396
Transferências		-	584.190	11.926.396	9.889.539	-	14.134	369.758	(22.784.017)	-
Outros movimentos		-	(259.291)	(5.804.771)	(4.322.155)	-	-	-	-	(10.386.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		315.419	2.912.075	55.203.053	51.147.474	8.715.742	2.183.793	1.438.437	5.287.951	127.183.943
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 1 de janeiro de 2014		(133.916)	(1.452.345)	(29.726.376)	(26.208.976)	(4.456.660)	(1.109.456)	(635.313)	-	(63.723.073)
Amortizações do exercício		(22.655)	(160.751)	(2.791.404)	(2.750.636)	(511.693)	(129.965)	(76.073)	-	(6.443.210)
Outras transferências (Nota 19)		-	(173.721)	(3.145.444)	(2.933.404)	(165.541)	(34.589)	(194.546)	-	(6.647.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(156.605)	(1.766.818)	(35.663.224)	(31.893.015)	(5.133.894)	(1.274.040)	(905.932)	-	(76.813.528)
Valor líquido		158.814	1.145.257	19.539.829	19.254.458	3.581.848	909.753	532.505	5.287.951	50.370.415

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram transferidos para ativo firme investimentos no montante de 7.458.722 Euros, os quais incluem a Unidade de Tratamento Mecânico do Aterro Sanitário do Barlavento no montante de 2.263.341 Euros e a Valorização Energética do Biogás da Central de Valorização Orgânica no montante de 1.052.811 Euros.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários têm a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Produtos acabados:		
Embalagens Plástico	79.550	203.791
Embalagens Aço / Alumínio	18.900	22.287
Embalagens Cartão	6.880	47.919
Vidro	4.700	3.500
Plásticos Mistos	4.165	13.418
Papel não Embalagem	2.014	17.512
Outros	17.103	6.558
	133.312	314.985

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Saldo inicial	314.985	209.966
Regularizações de inventários	5.013	(37.172)
Saldo final	133.312	314.985
Variação dos inventários da produção	<u>(176.660)</u>	<u>67.847</u>

8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os clientes têm a seguinte composição:

	2015			2014		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes municipais (Nota 20)	-	-	-	192.803	-	192.803
	-	-	-	<u>192.803</u>	-	<u>192.803</u>
Correntes:						
Clientes municipais (Nota 20)	3.292.689	(94.127)	3.198.562	3.451.111	-	3.451.111
Outras entidades	2.593.489	(39.503)	2.553.986	895.003	(37.463)	857.540
	<u>5.886.178</u>	<u>(133.630)</u>	<u>5.752.548</u>	<u>4.346.114</u>	<u>(37.463)</u>	<u>4.308.651</u>
	<u>5.886.178</u>	<u>(133.630)</u>	<u>5.752.548</u>	<u>4.538.917</u>	<u>(37.463)</u>	<u>4.501.454</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os clientes detalham-se conforme segue:

	2015			2014			
	Faturação corrente	Juros de mora	Divida total	Faturação corrente	Juros de mora	Divida corrente	Divida não corrente
Clientes municipais:							
<u>Sem acordo de pagamento</u>							
Município de Albufeira	238.200	644.012	882.211	144.383	738.139	882.522	-
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	203.277	-	203.277	201.188	-	201.188	-
Município de Loulé	115.724	-	115.724	219.014	-	219.014	-
Município de Portimão	268.707	49.782	318.489	238.897	33.395	272.292	-
Município de Vila Real Sto. António	638.589	178.459	817.048	327.960	128.196	456.156	-
Ambiolhão EM	151.805	-	151.805	150.365	-	150.365	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	184.227	-	184.227	197.372	803	198.175	-
Município de Lagoa	55.075	-	55.075	112.018	-	112.018	-
Município de Lagos	58.156	-	58.156	114.237	-	114.237	-
Município de Silves	78.779	-	78.779	137.113	-	137.113	-
Outros	235.095	-	235.095	257.124	1.782	258.906	-
	<u>2.227.634</u>	<u>872.253</u>	<u>3.099.886</u>	<u>2.099.673</u>	<u>902.315</u>	<u>3.001.987</u>	-
<u>Com acordo de pagamento</u>							
Município de Vila Real Sto. António	192.803	-	192.803	449.124	-	449.124	192.803
	<u>192.803</u>	-	<u>192.803</u>	<u>449.124</u>	-	<u>449.124</u>	<u>192.803</u>
	<u>2.420.437</u>	<u>872.253</u>	<u>3.292.689</u>	<u>2.548.797</u>	<u>902.315</u>	<u>3.451.111</u>	<u>192.803</u>
Outras entidades:							
Sociedade Ponto Verde, S.A	2.193.626	-	2.193.626	503.566	-	503.566	-
Outros	399.863	-	399.863	391.194	242	391.436	-
	<u>2.593.489</u>	-	<u>2.593.489</u>	<u>894.760</u>	<u>242</u>	<u>895.002</u>	-
	<u>5.013.926</u>	<u>872.253</u>	<u>5.886.178</u>	<u>3.443.557</u>	<u>902.557</u>	<u>4.346.113</u>	<u>192.803</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

A antiguidade de saldos de clientes a 31 de dezembro de 2014 e 2015 têm a seguinte composição:

	2015						
	Vencido até 2013	Vencido até 2014	Vencido até 2015	Total vencido	Acordo de pagamento	Não Vencido	Dívida total
Cientes municipais	873.139	608.921	503.953	1.986.012	192.803	1.113.874	3.292.689
Outras entidades	72.300	753	638.122	711.174	-	1.882.315	2.593.489
	<u>945.439</u>	<u>609.674</u>	<u>1.142.074</u>	<u>2.697.187</u>	<u>192.803</u>	<u>2.996.189</u>	<u>5.886.178</u>

	2014						
	Vencido até 2012	Vencido até 2013	Vencido até 2014	Total vencido	Acordo de pagamento	Não Vencido	Dívida total
Cientes municipais	608.451	698.743	747.818	2.055.012	641.927	946.975	3.643.914
Outras entidades	69.624	2.577	119.733	191.934	-	703.069	895.002
	<u>678.076</u>	<u>701.320</u>	<u>867.551</u>	<u>2.246.946</u>	<u>641.927</u>	<u>1.650.044</u>	<u>4.538.916</u>

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de clientes não correntes decorrem do acordo de pagamento celebrado com o Município de Vila Real de Santo António, o qual se vence no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as perdas por imparidade em dívidas a receber, apresentavam o seguinte movimento:

	2015	2014
Saldo inicial	37.463	37.825
Reforços	96.167	-
Reversões	-	(362)
Saldo final	<u>133.630</u>	<u>37.463</u>

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas a receber têm a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Não corrente:</u>		
Valor residual dos investimentos	-	7.520.990
	-	<u>7.520.990</u>
<u>Corrente:</u>		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Venda de energia	156.347	141.010
Venda de recicláveis	135.781	-
Indemnizações para sinistros	196.250	76.385
Outros acréscimos de rendimentos	58.982	63.529
Subsídios a receber	37.157	1.534.512
Outros devedores	61.063	60.483
Adiantamentos por conta de investimentos	-	12.787
	<u>645.580</u>	<u>1.888.706</u>
	<u>645.580</u>	<u>9.409.696</u>

Decorrente dos contratos de concessão que estiveram em vigor até final de setembro de 2015, a Empresa tinha direito no termo daquele contrato a ser reembolsada exclusivamente pelo valor residual dos investimentos não previstos no estudo económico anexo ao contrato de concessão.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Decorrente do anterior contrato de concessão, a Empresa tinha, em 31 de dezembro de 2014, registado no seu ativo não corrente, contas a receber do concedente, no montante de 7.520.990 Euros, correspondentes à quota-parte dos investimentos efetuados, referentes à Central de Valorização Orgânica, à unidade de compostagem de verdes de São Brás de Alportel e ao centro de triagem de resíduos de construção e demolição, que não iriam gerar benefícios económicos durante o período da concessão. Estes montantes, foram determinados por "Valores residuais", correspondendo à indemnização a receber no termo das respetivas concessões. Com a reconfiguração contratual dos contratos de concessão, estes montantes foram transferidos, em 31 de dezembro de 2015, para a rubrica de Ativos intangíveis (Nota 6) e Subsídios ao investimento (Nota 13), nos montantes de 11.981.588 Euros e 4.146.398 Euros, respetivamente, tendo o efeito da respetiva atualização financeira sido registado na rubrica de Juros e Outros Rendimentos Similares (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de subsídios a receber apresenta o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Montante total	Montante recebido	Montante por receber
<u>Subsídios relacionados com ativos:</u>						
Central de Valorização Orgânica ("C.V.O.")	7.451.667	7.451.667	-	7.451.667	5.961.334	1.490.333
Aproveitamento Energético do Biogás da C.V.O.	576.990	571.207	5.783	576.990	571.207	5.783
Otimização das Triagens	269.207	244.545	24.662	269.207	230.811	38.396
Tratamento Mecânico ASB	1.372.053	1.372.053	-	1.308.060	1.308.060	-
Central Fotovoltaica ET FLO	139.005	132.293	6.712	-	-	-
	<u>9.808.922</u>	<u>9.771.765</u>	<u>37.157</u>	<u>9.605.924</u>	<u>8.071.412</u>	<u>1.534.512</u>

10. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de diferimentos ativos apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	125.720	122.947
Materiais consumíveis	216.000	195.276
Outros	17.549	18.534
	<u>359.269</u>	<u>336.757</u>

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,32 % sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,32%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87ºA do código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

No exercício de 2015, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável está condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 50% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Adicionalmente, para o exercício de 2016, a dedução dos referidos gastos é condicionada em cada ano, progressivamente até 2017, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 40% (30% em 2017) do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

O prazo de dedução dos prejuízos fiscais reportáveis ("PFR") é de doze períodos de tributação.

Adicionalmente, a dedução dos PFR encontra-se limitada a 70% do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto corrente	372.145	923.314
Imposto diferido gerado no exercício	48.822	(226.847)
Excesso de estimativa de imposto do período anterior	(5.352)	(2.352)
	<u>415.615</u>	<u>694.116</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

a) Movimentos nos ativos e passivos por impostos diferidos


O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi o seguinte:

	2015				
	Saldo inicial	Demonstração de resultados		Capital próprio	
		Constituição/ (reversão)	Alteração da taxa	Constituição/ (reversão)	Alteração da taxa
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
<u>Diferenças temporárias</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	27.722.082	(2.602.413)	-	-	25.119.669
Investimento amortização futuro	11.414.597	919.824	-	-	12.334.421
	<u>39.136.680</u>	<u>(1.682.590)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.454.090</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	6.791.910	(598.555)	(415.831)	-	5.777.524
Investimento amortização futuro	2.796.576	211.560	(171.219)	-	2.836.917
	<u>9.588.487</u>	<u>(386.996)</u>	<u>(587.050)</u>	<u>-</u>	<u>8.614.441</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>					
<u>Diferenças temporárias</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	18.544.094	(2.761.862)	-	-	15.782.232
Subsídio ao investimento	11.209.946	-	-	2.878.880	14.088.826
Subsídio de investimento futuro	788.937	-	-	-	788.937
	<u>30.542.977</u>	<u>(2.761.862)</u>	<u>-</u>	<u>2.878.880</u>	<u>30.659.995</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	4.543.303	(635.228)	(278.161)	-	3.629.913
Subsídio ao investimento	2.746.437	-	-	662.142	3.240.430
Subsídio de investimento futuro	193.289	-	(11.834)	-	181.455
	<u>7.483.029</u>	<u>(635.228)</u>	<u>(289.995)</u>	<u>662.142</u>	<u>7.051.799</u>
<u>2014</u>					
	Saldo inicial	Demonstração de resultados		Capital próprio	
		Constituição/ (reversão)	Alteração da taxa	Constituição/ (reversão)	Alteração da taxa
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
<u>Diferenças temporárias</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	29.473.768	(1.751.686)	-	-	27.722.082
Investimento amortização futuro	10.146.601	1.267.996	-	-	11.414.597
	<u>39.620.369</u>	<u>(483.690)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.136.680</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	7.840.022	(429.163)	(618.949)	-	6.791.910
Investimento amortização futuro	2.698.996	310.659	(213.079)	-	2.796.576
	<u>10.539.018</u>	<u>(118.504)</u>	<u>(832.028)</u>	<u>-</u>	<u>9.588.487</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>					
<u>Diferenças temporárias</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	21.524.723	(2.980.629)	-	-	18.544.094
Subsídio ao investimento	15.254.383	-	-	(4.044.437)	11.209.946
Subsídio de investimento futuro	708.250	80.687	-	-	788.937
	<u>37.487.356</u>	<u>(2.899.942)</u>	<u>-</u>	<u>(4.044.437)</u>	<u>30.542.977</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>					
Ajustamento de transição - amortizações/subsídios	5.725.576	(730.254)	(452.019)	-	4.543.303
Subsídio ao investimento	4.057.666	-	-	(990.887)	2.746.437
Subsídio de investimento futuro	188.394	19.768	(14.873)	-	193.289
	<u>9.971.637</u>	<u>(710.486)</u>	<u>(466.892)</u>	<u>(990.887)</u>	<u>7.483.029</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)



b) Reconciliação da taxa de imposto:

	2015	2014 (reexpresso)
Resultado antes de impostos	738.015	958.089
Variações patrimoniais	1.965.036	2.494.647
Ajustamentos de reexpressão (Nota 2)	-	3.307
Diferenças permanentes	85.552	100.400
Diferenças temporárias	(1.171.242)	(78.395)
Lucro tributável	<u>1.617.361</u>	<u>3.478.049</u>
Taxa nominal de imposto	21,00%	23,00%
Derrama municipal	1,32%	1,32%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
Imposto sobre o rendimento	339.646	799.951
Derrama Municipal	21.349	45.910
Derrama Estadual	3.521	59.341
	<u>364.516</u>	<u>905.203</u>
Tributações autónomas	7.629	18.111
Imposto corrente (Nota 12)	<u>372.145</u>	<u>923.314</u>

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC:				
Pagamentos por conta	493.414	-	1.022.190	-
Retenções na fonte	36.624	-	77.990	-
Estimativa de imposto (Nota 11)	(372.145)	-	(923.314)	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	227.334	-	63.818	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:				
Retenções de impostos sobre o rendimento	-	42.069	-	41.783
Taxa de Gestão de Resíduos (i)	-	1.112.964	-	1.190.213
Contribuições para a Segurança Social	-	93.086	-	91.070
Outros impostos	-	3.880	-	3.717
	<u>385.226</u>	<u>1.251.998</u>	<u>240.684</u>	<u>1.326.783</u>

- (i) A taxa de gestão de resíduos corresponde a valores faturados a clientes e que serão devolvidos à Agência Portuguesa do Ambiente ("APA").

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

13. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 1.500.000 ações com o valor nominal de 5 Euros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Empresa era detido como segue:

<u>Acionista</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Montante</u>	<u>Percentagem de participação</u>
EGF	840.000	4.200.000	56,00%
Município de Albufeira	84.900	424.500	5,66%
Município de Alcoutim	3.383	16.915	0,23%
Município de Aljezur	6.540	32.700	0,44%
Município de Castro Marim	8.415	42.075	0,56%
Município de Faro	96.240	481.200	6,42%
Município de Lagoa	40.148	200.740	2,68%
Município de Lagos	50.662	253.310	3,38%
Município de Loulé	87.405	437.025	5,83%
Município de Monchique	5.670	28.350	0,38%
Município de Olhão	67.275	336.375	4,49%
Município de Portimão	82.867	414.335	5,52%
Município de S. Brás Alportel	8.483	42.415	0,57%
Município de Silves	46.320	231.600	3,09%
Município de Tavira	31.935	159.675	2,13%
Município de Vila do Bispo	10.230	51.150	0,68%
Município de Vila Real de Santo António	29.527	147.635	1,97%
	<u>1.500.000</u>	<u>7.500.000</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos em base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na rubrica de subsídios ao investimento foi a seguinte:

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Fundo de Coesão inicial	Fundo de Coesão CVO	Feder	APA	Fundo de Coesão TMASB	Fundo de Coesão Bioqás CVO	Fundo de Coesão Otimização Triagens	Feder Painéis Fotovoltaicos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014 (reexpresso)	9.507.264	4.513.284	362.574	88.785	-	573.664	210.813	-	15.254.383
Aumentos	-	-	-	-	1.243.228	-	28.394	-	1.271.622
Valor residual de subsídios ao investimento	-	(3.849.160)	-	-	-	-	-	-	(3.849.160)
Rendimentos reconhecidos	(1.188.408)	(83.016)	(45.322)	(10.848)	(59.449)	(21.238)	(29.901)	-	(1.438.181)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(28.718)	-	-	(28.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	8.318.856	581.108	317.252	75.937	1.183.779	523.709	209.306	-	11.209.946
Aumentos	-	-	-	-	80.591	-	-	122.408	202.998
Valor residual de subsídios ao investimento (Nota 9)	-	4.146.398	-	-	-	-	-	-	4.146.398
Rendimentos reconhecidos	(1.188.408)	(83.015)	(45.322)	(10.848)	(70.246)	(25.290)	(29.901)	(17.487)	(1.470.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.130.448	4.644.491	271.930	65.089	1.194.124	498.419	179.405	104.922	14.088.826
Imposto diferido	(1.640.003)	(1.068.233)	(62.544)	(14.970)	(274.648)	(114.636)	(41.263)	(24.132)	(3.240.430)
	5.490.445	3.576.258	209.386	50.118	919.475	383.782	138.142	80.790	10.848.396

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o montante a receber de subsídios relacionados com ativos ascende a 37.157 Euros e 1.534.512 Euros, respetivamente (Nota 9).

Para além dos subsídios reconhecidos no capital próprio, encontram-se registados no passivo os subsídios relativos a um conjunto de bens que, de acordo com as estimativas da Empresa, em 1 de janeiro de 2016 entrarão na formação do passivo regulatório (Nota 15).

Aplicação do resultado líquido do exercício

O resultado líquido do ano de 2013 de 573.932 Euros foi aplicado em 28.697 Euros para reserva legal, 264.526 Euros para distribuição de dividendos, 140.355 Euros para reserva contratual realizada e 140.355 para resultados transitados, conforme deliberado na Assembleia Geral de 20 de março de 2014.

De acordo com a Assembleia Geral de Acionistas de 20 de março de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 267.280 Euros, apurado de acordo com o normativo IFRS, foi aplicado em reserva legal, no montante de 13.364 Euros, e na distribuição de dividendos, no montante de 253.916 Euros, sendo que o diferencial para o resultado reexpresso afetou os resultados transitados.

14. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões para riscos e encargos respeitam, essencialmente, a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

Natureza	2015		2014 (reexpresso)	
	Montante reclamado	Montante provisionado	Montante reclamado	Montante provisionado
Provisão para riscos e encargos	284.599	252.355	284.599	252.355
	<u>284.599</u>	<u>252.355</u>	<u>284.599</u>	<u>252.355</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Provisões não apresentou qualquer movimento.

Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, com base na avaliação do risco que fazem dos processos judiciais em curso, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, as quais correspondem à melhor estimativa de desembolsos resultantes daqueles processos naquela data.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

15. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Fundo de			
	Coesão inicial	Feder	Foral	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014 (reexpresso)	4.551.622	960.658	124.412	5.636.692
Rendimentos reconhecidos	(568.953)	(120.082)	(15.551)	(704.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	3.982.670	840.576	108.860	4.932.105
Rendimentos reconhecidos	(568.953)	(120.082)	(15.551)	(704.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.413.717	720.493	93.309	4.227.519

Estes montantes correspondem a subsídios recebidos, para os quais, decorrente das alterações regulatórias verificadas em 2015 (Nota introdutória), de acordo com a estimativa da Empresa, irão concorrer para a determinação do Passivo Regulatório, e por consequente, não foram registados no capital próprio.

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	2015		2014	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Empréstimos bancários - Banco Europeu de Investimento ("BEI")	15.229.211	3.384.269	18.678.666	3.396.121
Empréstimos bancários - banca comercial	426.584	119.047	-	-
Locações financeiras (Nota 17)	665.070	217.498	-	77.005
	16.320.865	3.720.813	18.678.666	3.473.126

Em 31 de dezembro 2015 e 2014, os empréstimos bancários tinham o seguinte plano de reembolso definido:

	2015		2014		Taxa	Vencimento	Tipo de amortização	
	Notas	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço				Valor nominal
Empréstimos bancários								
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	(a)	2 737 276	2 750 000	3 246 292	3 250 000	1,351%	15-03-2021	Semestral
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	(a)	8 211 829	8 250 000	9 738 877	9 750 000	1,005%	15-03-2021	Semestral
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	(a)	4 927 098	4 950 000	5 843 326	5 850 000	0,537%	15-03-2021	Semestral
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	(a)	2 737 276	2 750 000	3 246 292	3 250 000	0,537%	15-03-2021	Semestral
Banco Popular	(b)	545 630	548 167	-	-	1,360%	29-07-2020	Mensal
		19 159 110	19 248 167	22 074 788	22 100 000			

(a) Taxas de juro fixas até ao vencimento do empréstimo, coberto por garantia bancária no valor de 120% do montante em dívida (Nota 29).

(b) Taxa variável, com garantia real de cinco viaturas pesadas no valor do empréstimo.

O detalhe das contas correntes caucionadas aprovadas e não utilizadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	2015		2014		Taxa	Vencimento	
	Notas	Limite	Montante utilizado	Limite			Montante utilizado
Contas- correntes caucionadas							
Caixa Geral de Depósitos		7 500 000	-	7 500 000	-	4,544%	31-05-2016
Montepio Geral		2 500 000	-	2 500 000	-	4,035%	04-12-2016
Banco Santander Totta		1 000 000	-	1 000 000	-	5,294%	30-03-2016
Montepio Geral		1 000 000	-	1 000 000	-	3,062%	26-03-2016
Banco BPI		2 000 000	-	2 000 000	-	3,446%	29-02-2016
		14 000 000	-	14 000 000	-		

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

O plano de pagamentos dos financiamentos obtidos é o seguinte:

	2015	2014
Até 1 ano	3.737.098	3.477.005
Até 2 anos	3.706.333	3.400.000
Até 3 anos	3.708.934	3.400.000
Até 4 anos	3.711.571	3.400.000
Até 5 anos	3.566.798	3.400.000
Mais de 5 anos	1.700.000	5.100.000
	<u>20.130.735</u>	<u>22.177.005</u>

17. LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2015			2014		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	768.552	(557.152)	211.401	208.266	(110.776)	97.490

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira, incluindo capital e juros, ascendem a 908.916 Euros e 79.569 Euros, respetivamente, e vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	217 498	10 510	228 008	77 005	2 565	79 569
Entre 1 a 5 anos	665 070	15 837	680 907	-	-	-
	<u>882 568</u>	<u>26 347</u>	<u>908 916</u>	<u>77 005</u>	<u>2 565</u>	<u>79 569</u>

Locações operacionais

A Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com aquisição, essencialmente, de viaturas ligeiras.

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2015	2014
Até 1 ano	10.352	-
Entre 1 a 5 anos	18.587	-
	<u>28.940</u>	<u>-</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.
 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em Euros)

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Fornecedores tem a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores, conta não corrente:		
Fornecedores de investimento	448.388	516.223
Fornecedores, conta corrente:		
Fornecedores gerais	1.265.771	598.146
Fornecedores de investimento	808.004	511.925
Partes relacionadas (Nota 20)	438.190	93.367
Fornecedores, faturas em receção e conferência	39	640
	<u>2.512.004</u>	<u>1.204.078</u>
	<u>2.960.392</u>	<u>1.720.301</u>

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Outras contas a pagar, tem a seguinte composição:

	2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar	606.200	-	608.359	-
Outros	112.042	-	181.253	-
Adiantamentos por conta de tarifas futuras (a)	-	21.302.274	-	26.337.544
Outros credores	684.319	-	339.681	-
	<u>1.402.560</u>	<u>21.302.274</u>	<u>1.129.293</u>	<u>26.337.544</u>

(a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nesta rubrica foi conforme segue:

	2015	2014
Saldo inicial	26.337.544	31.716.792
Reforço (Nota 21)	919.824	1.267.996
Transferências (Nota 6)	<u>(5.955.094)</u>	<u>(6.647.245)</u>
Saldo final	<u>21.302.274</u>	<u>26.337.544</u>

Estes montantes correspondem ao saldo apresentado até 2014, referente a acréscimos de gastos relativos a investimento contratual por realizar, que decorrente das alterações regulatórias verificadas em 2015, irá concorrer para a determinação do Passivo Regulatório (Nota Introdutória).

O montante de transferências corresponde ao efeito da amortização acumulada estimada dos bens classificados como firmes na rubrica de Ativos intangíveis, desde o início da concessão ou desde o período em que foi orçamentada a realização daquele investimento.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Acionistas

Conforme mencionado na Nota 13, a Algar é detida maioritariamente pela EGF, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade. Adicionalmente, todas as empresas pertencentes ao Grupo EGF, ao Grupo Mota-Engil, assim como todos os seus acionistas, administradores e empresas por si controladas ou com influência significativa, são incluídas como partes relacionadas da Empresa.

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2015				
	Vendas e prestação de serviços	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Juros e gastos similares suportados	Juros e rendimentos similares obtidos
<u>Acionistas:</u>					
EGF	-	(239.747)	(27.725)	(203.639)	-
Município de Albufeira	1.549.169	(2.910)	(1.150)	-	-
Município de Alcoutim	34.236	(177)	-	-	-
Município de Aljezur	108.773	(135)	-	-	-
Município de Castro Marim	160.143	-	-	-	-
Município de Faro	14.174	-	-	-	-
Município de Lagoa	659.200	-	-	-	-
Município de Lagos	674.595	(1.242)	-	-	-
Município de Loulé	1.149.997	(4.972)	-	-	-
Município de Monchique	85.892	-	-	-	-
Município de Portimão	34.296	-	-	-	17.338
Município de Brás de Alportel	153.975	(7.819)	-	-	-
Município de Silves	627.557	-	-	-	-
Município de Tavira	542	-	-	-	-
Município de Vila do Bispo	163.237	(657)	-	-	639
Município de Vila Real de Santo António	452.473	-	-	-	50.263
<u>Outras partes relacionadas:</u>					
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	981.022	-	-	-	-
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	86.731	-	-	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	293.530	(10)	-	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	87.383	-	-	-	-
Ambiolhão EM	735.406	-	-	-	-
União Freguesias de Moncarapacho	192	-	-	-	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	1.013.311	(16.144)	(2.229)	-	141
Taviraverde EM	505.359	(10.444)	-	-	-
Lusoporte-Conces.Travessia Tejo SA	-	(115)	-	-	-
SUMA - Serv.Urbanos Meio Amb. SA	10	(17.115)	-	-	-
Vibeiras - Soc. Com. Plantas SA	7.852	-	-	-	-
	<u>9.579.058</u>	<u>(301.486)</u>	<u>(31.103)</u>	<u>(203.639)</u>	<u>68.382</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

	2014					
	Vendas e prestação de serviços	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas	Outros rendimentos e ganhos	Juros e gastos similares suportados	Juros e rendimentos similares obtidos
Acionistas:						
EGF	-	(196.056)	(18.794)	-	(222.001)	-
Município de Albufeira	1.700.840	(3.254)	-	-	-	-
Município de Alcoutim	39.617	-	-	-	-	-
Município de Aljezur	113.939	(141)	-	-	-	-
Município de Castro Marim	174.095	-	-	-	-	-
Município de Faro	12.695	-	-	-	-	-
Município de Lagoa	629.608	-	-	-	-	-
Município de Lagos	720.381	(932)	-	-	-	-
Município de Loulé	1.215.474	(1.724)	-	-	-	-
Município de Monchique	91.042	-	-	-	-	-
Município de Portimão	50.379	(5)	-	-	-	-
Município de Brás de Alportel	175.422	(284)	-	-	-	-
Município de Silves	681.179	-	-	-	-	-
Município de Tavira	183	-	-	-	-	-
Município de Vila do Bispo	199.988	(450)	-	-	-	-
Município de Vila Real de Santo António	592.185	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas:						
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	1.056.071	(2.133)	-	-	-	-
Infralobo - Emp. Infr. Vale do Lobo EM	96.199	-	-	-	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	292.636	-	-	-	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	85.165	-	-	-	-	-
Ambiolhão EM	809.180	-	-	-	-	-
União Freguesias de Moncarapacho	515	-	-	-	-	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	1.076.343	(20.998)	-	-	-	-
Taviraverde EM	528.635	(8.325)	-	-	-	-
Lusoponte-Conces.Travessia Tejo SA	-	(126)	-	-	-	-
SUMA - Serv.Urbanos Meio Amb. SA	657	-	-	2.800	-	-
Vibeiras - Soc. Com. Plantas SA	4.990	-	-	-	-	167
	10.347.417	(234.429)	(18.794)	2.800	(222.001)	167

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Clientes (Nota 8)		Fornecedores (Nota 18)	
	2015	2014	2015	2014
<u>Acionistas:</u>				
EGF	-	-	(435.233)	(92.164)
Município de Albufeira	882.211	882.522	-	-
Município de Alcoutim	4.014	8.001	-	-
Município de Aljezur	18.512	17.681	-	(8)
Município de Castro Marim	25.345	13.260	-	-
Município de Faro	1.750	4.596	-	-
Município de Lagoa	55.075	112.018	-	-
Município de Lagos	58.156	114.237	-	-
Município de Loulé	115.724	219.014	-	(147)
Município de Olhão	-	185	-	-
Município de Monchique	18.143	17.326	-	-
Município de Portimão	318.489	272.292	-	-
Município de S.Brás de Alportel	15.546	49.621	-	(1.426)
Município de Silves	78.779	137.113	-	-
Município de Tavira	156	-	-	-
Município de Vila do Bispo	27.851	26.619	-	(1)
Município de Vila Real de Santo António	1.009.851	1.098.083	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
FAGAR - Faro, Gestão Água Resíduos EM	203.277	201.188	-	(195)
Infralobo - Emp Infr. Vale do Lobo EM	4.941	4.468	-	-
Inframoura - Emp. Infr. Vilamoura, EM	17.029	14.984	-	-
Infraquinta - Emp. Infr. Quinta do Lago EM	10.794	11.665	-	-
Ambiolhão EM	151.805	150.365	-	-
EMARP - Emp. Mun. Ág. Res. Portimão EM	184.227	198.175	-	1.027
Taviraverde EM	91.012	90.500	-	(438)
Lusoponte-Conces.Travessia Tejo SA	-	-	(16)	(15)
SUMA - Serv.Urbanos Meio Amb. SA	-	453	-	-
Vibeiras - Soc. Com. Plantas SA	5.979	1.716	(2.940)	-
	<u>3.298.669</u>	<u>3.646.083</u>	<u>(438.190)</u>	<u>(93.367)</u>

21. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Vendas

As vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se, essencialmente, a materiais recicláveis resultantes da recolha seletiva e do tratamento dos resíduos provenientes da recolha indiferenciada, energia e composto de verdes resultantes do processo produtivo.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Vendas detalha-se conforme segue:

	2015	2014
Material reciclável	5.979.754	3.889.103
Energia	1.513.128	1.305.999
Composto de verdes	114.495	112.878
Outros	13.414	11.356
	<u>7.620.791</u>	<u>5.319.336</u>

Prestação de serviços

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referem-se, essencialmente, ao tratamento e valorização de resíduos provenientes da recolha indiferenciada a clientes municipais.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Prestação de serviços detalha-se conforme segue:

	2015	2014 (reexpresso)
Tratamento de resíduos a municípios	9.525.046	10.120.764
Tratamento de resíduos a particulares	1.043.055	918.931
	<u>10.568.102</u>	<u>11.039.695</u>
Adiantamentos por conta de tarifas futuras (Nota 19)	(919.824)	(1.267.996)
	<u>9.648.278</u>	<u>9.771.699</u>

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tinham a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Energia e fluidos	2.041.656	2.025.240
Subcontratos	1.563.748	966.045
Conservação e reparação	1.380.693	974.004
Trabalhos especializados	577.908	576.501
Vigilância e segurança	374.807	330.248
Seguros	244.945	246.204
Ferramentas de desgaste rápido	207.638	79.417
Deslocações e estadas	88.693	97.190
Limpeza higiene e conforto	81.171	77.088
Comunicação	74.014	78.664
Outros	254.465	334.403
	<u>6.889.738</u>	<u>5.785.005</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações do pessoal	3.795.018	3.751.167
Encargos sobre as remunerações	822.844	813.696
Seguro Acidentes de Trabalho	75.297	55.787
Outros gastos com o pessoal	18.876	120.374
	<u>4.712.035</u>	<u>4.741.023</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa teve, em média, 227 e 229 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente.

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (reexpresso)
Indemnizações associadas a sinistros	270.018	-
Rendimentos suplementares	148.186	163.230
Alienação de equipamentos	106.207	10.670
Juros de mora	68.561	220.697
Subsídios à exploração	7.256	84.892
Outros rendimentos e ganhos	99.000	170.616
	<u>699.228</u>	<u>650.105</u>

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos	223.447	203.221
Gastos com tratamento de filme automático e plásticos mistos	137.358	-
Indemnizações	67.577	90.750
Donativos	1.584	604
Outros gastos e perdas	65.337	59.782
	<u>495.303</u>	<u>354.357</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

26. GASTOS DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZACÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica, tem a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Ativos intangíveis	6.791.206	6.443.210

27. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares suportados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Juros suportados	181.530	8.226
Comissões bancárias	484.132	275.947
Outros gastos e perdas financeiras	1.073	607
	<u>666.736</u>	<u>284.780</u>

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tinham a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso)
Juros obtidos de aplicações financeiras	108.249	145.511
Atualização financeira do valor residual de investimentos	314.210	468.836
	<u>422.460</u>	<u>614.348</u>

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLETIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram refletidos no balanço apresentado:

Empreitada	Fornecedor	Ajudicação	Faturado e registado	Valor por registar
Construção da Zona de Encosto da União das Células A+B+C do Aterro Sanitário do Barlavento	Urbehydraulic, Lda.	139.796	-	139.796
Construção de 4 silos na plataforma norte do Aterro Sanitário do Barlavento	CONSDEP, Engenharia e Construção, SA	157.549	-	157.549
Fornecimento de Contentores Autocompactadores Elétricos de 20 m3	G Hoffe Lda	62.500	-	62.500
Construção da célula de encosto do Aterro Sanitário do Sotavento	Eduardo Pinto Viégas	434.346	-	434.346
Construção de Telheiro do Produto Acabado da Unidade de Triagem do Sotavento	Blocotelha-Steel Constructions, SA	74.429	-	74.429
Reabilitação dos Pavimentos das Vias de Acesso Internas da ET FLO	Rolear.ON, S.A.	96.847	78.460	18.387
Prestação de Serviços para a Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos de Embalagem - Pequeno Comércio e Serviços	HDURBE – Gestão de Resíduos S.A.	1.500.000	1.023.276	476.724
		<u>2.465.467</u>	<u>1.101.737</u>	<u>1.363.730</u>

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

29. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa tinha solicitado a prestação de garantias a favor de terceiros de garantias, como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Garantias bancárias de execução	839.202	1.347.287
Garantias bancárias financeiras	<u>22.440.000</u>	-
	<u><u>23.279.202</u></u>	<u><u>1.347.287</u></u>

O detalhe destas garantias é conforme segue:

<u>Beneficiário</u>	<u>Montante</u>	<u>Data início</u>	<u>Banco</u>	<u>Natureza</u>
CCDR - Adm. Região Hidrográfica do Algarve	21.250	01-08-2008	CGD	Águas Residuais - Aterro Sanitário do Sotavento
Estado Português	<u>817.952</u>	25-09-2015	BPI	Contrato de Concessão
	<u>839.202</u>			
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	3.870.068	27-07-2015	CGD	Empréstimo do BEI
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	6.382.415	27-07-2015	Santander	Empréstimo do BEI
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	5.805.101	27-07-2015	BCP	Empréstimo do BEI
Banco Europeu de Investimento ("BEI")	<u>6.382.416</u>	27-07-2015	Montepio	Empréstimo do BEI
	<u>22.440.000</u>			

30. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por ação básico e diluído dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	322.400	263.973
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>
Resultado líquido por ação básico e diluído	<u>0,21</u>	<u>0,18</u>

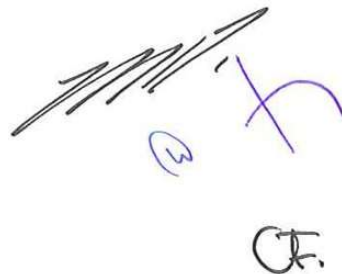
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiram efeitos diluidores, pelo que os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

31. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes risco de financeiros:

31.1 Risco de taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.



ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o resultado líquido daqueles exercícios teria diminuído ou aumentado em, aproximadamente, 7.000 Euros e 8.000 Euros, respetivamente, não considerando o respetivo efeito fiscal.

31.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. No entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração as principais projeções de cash-flow para 2016 e a estrutura e tipologia dos seus ativos, a Empresa não antevê dificuldades em liquidar a suas responsabilidades financeiras correntes.

31.3 Risco Regulatório

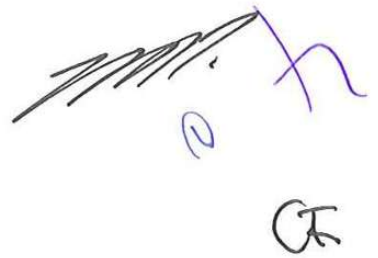
Os ganhos registados em cada exercício por cada Empresa resultam essencialmente dos pressupostos considerado pelo regulador ERSAR, na definição das tarifas reguladas para o setor do tratamento e gestão de resíduos.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização, no sector dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expetativa que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o RTR- regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Este regulamento produzirá efeitos em 1 de janeiro de 2016, e acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando-se de um modelo de custo de serviço (cost plus) para um modelo de proveitos permitidos (revenue cap), o qual remunera uma base de ativos ao custo de capital e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

32. INFORMAÇÃO SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

A concessão em regime exclusivo por um período de 19 anos, com termo em 2034, da exploração e da gestão da área do Algarve, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, foi atribuída à ALGAR através da assinatura da reconfiguração do contrato de concessão a 30 de setembro de 2015.



ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

A atividade objeto da concessão compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar à ALGAR todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização da concessão é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”), tendo esta a competência na definição das tarifas a aplicar, assim como na aprovação das Contas Reguladas e nos planos de investimento da ALGAR.

A exploração e a gestão, anteriormente referida, compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade da Empresa.

As bases da concessão definem que a ALGAR terá como atividade principal, a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares, as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades complementares dependem de autorização do concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima;
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a Empresa seja titular;
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração da concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

A ALGAR deve elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos à concessão, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CF

(Montantes expressos em Euros)

A Empresa tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A Empresa mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos reverterem para uma Entidade Intermunicipal, Associação de municípios, o conjunto dos Municípios utilizadores, ou o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento à concessionária, nos termos previstos nas Bases e no contrato de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O regime remuneratório da concessão baseia-se no reconhecimento à Empresa dos proveitos permitidos, a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema. A Empresa é responsável pelos riscos inerentes à concessão nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. A Empresa é responsável pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas no contrato de concessão, assumindo os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proveitos permitidos anualmente à Empresa, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos ("Período regulatório"). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos à concessão, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência;
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues à Empresa.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pela Empresa, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar à Empresa os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente à Empresa pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

O contrato de concessão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016, permitirá um equilíbrio contratual nas condições de uma gestão eficiente, promovendo um investimento mais racional e uma maior eficiência operacional, através do reconhecimento dos custos de investimento, de operação e manutenção e na adequada remuneração dos ativos afetos à concessão, a serem refletidos nas tarifas aplicáveis à Empresa, as quais permitirão recuperar os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para os Municípios ou para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável à Empresa; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência da Empresa; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital da Empresa; oneração de participações no capital da Empresa em inobservância do disposto no contrato de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social da Empresa; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade da Empresa em retomar a concessão.

O concedente pode resgatar a concessão, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, mediante aviso prévio feito à Empresa, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, a Empresa tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, do valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CARVALHO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tomás Almeida

Luís

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 80.932.353 Euros e um capital próprio de 22.441.778 Euros, incluindo um resultado líquido de 322.400 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

5. Conforme referido na Nota introdutória do anexo às demonstrações financeiras, no decurso da privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF", acionista maioritário da Empresa), foi alterado o enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, nas quais se inclui a Empresa, nomeadamente, as bases da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, assim como a reconfiguração do respetivo contrato de concessão, o qual foi renovado por um período de 19 anos, com termo em 2034. Decorrente destas alterações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 vigorou um regime regulatório transitório, sendo que a partir de 1 de janeiro de 2016 entrará em vigor um novo regime remuneratório, o qual estabelece um novo modelo de remuneração da concessão, assim como a determinação dos ativos afetos à concessão ("Base de ativos regulados") e responsabilidade para com o concedente ("Passivo regulatório"), decorrente da reconfiguração do contrato de concessão da Empresa. À presente data, a determinação destes montantes ainda não se encontra concluída, nem os consequentes impactos contabilísticos e fiscais a materializar nas demonstrações financeiras dos períodos subseqüentes.
6. Conforme divulgado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adotou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF"). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adotadas, para as NCRF, a Empresa seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de janeiro de 2014. Em consequência, a informação financeira de 2014, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF. Esta informação financeira apresentada para efeitos comparativos não foi por nós examinada, tendo o nosso trabalho sobre a mesma consistido apenas nos procedimentos necessários para podermos emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pelo que não expressamos qualquer opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 4 de março de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.



INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o seu relatório e parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas da ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Empresa"), emitidos pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

FISCALIZAÇÃO

O Conselho Fiscal, desde a sua nomeação, acompanhou a gestão da Empresa, a evolução da sua atividade através de reuniões informais com a frequência e extensão que considerou adequadas, mantendo igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos informou da planificação das suas intervenções, âmbito e natureza e as conclusões dos trabalhos realizadas. Foi ainda este Conselho Fiscal informado do desenvolvimento do processo de preparação e de divulgação de informação financeira bem como a revisão aos documentos de prestação de contas.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo para o período findo naquela data, com os quais concordamos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração e da Certificação Legal das Contas, sem reservas mas com duas ênfases, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, os quais merecem a concordância do Conselho Fiscal.

No cumprimento das suas funções o Conselho Fiscal obteve da Administração, dos serviços da Empresa e do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, cobrindo a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

PARECER

Tendo em consideração o exposto acima, somos de parecer que sejam aprovados:

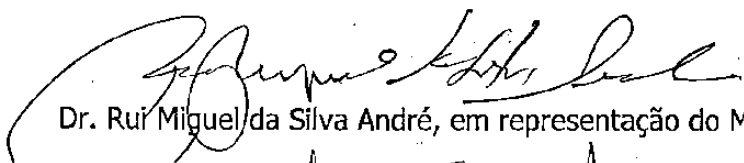
1. O Relatório Anual de Gestão e as contas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2015;
2. A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos Responsáveis da Empresa e bem assim do Revisor Oficial de Contas.

Faro, 07 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL



Dr. Rui Miguel da Silva André, em representação do Município de Monchique – Presidente



Dr. Eduardo Manuel Fonseca Moura – Vogal



Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - Vogal